

BC - PERIÓDICOS - PUCC
Class: 900/3
Recabido: 18.3.80

NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Responsável

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

Departamento de História da Pontifícia
Universidade Católica de Campinas

ANO XI — Nº 96

JULHO/SETEMBRO — 1979

COMENTÁRIOS

BIBLIOGRAFIA FLORENCIANA

Odilon Nogueira de Matos

Após a conferência que tive o privilégio de proferir na Academia Campinense de Letras ao ensejo do centenário da morte de Hércules Florence, no dia 27 de março do corrente ano, fui procurado por diversas pessoas (inclusive por cartas), desejosas de maiores informações acerca da bibliografia florenciana e, mais especialmente, dos livros que incidentalmente citei na ocasião. Eis por que, embora já tenha ventilado o assunto em diversas oportunidades, julgo conveniente oferecer indicações bibliográficas mais precisas para que os interessados possam encontrar os textos desejados.

Ao regressar, em 1 829, da malograda Expedição Langsdorff, e antes de vir para a Província de São Paulo, onde deixara um coração saudosos e ansioso (a filha de Álvares Machado, que conhecera em Porto Feliz, na viagem de ida), Hércules Florence demorou-se algum tempo no Rio de Janeiro, e ali confiou aos cuidados de seu compatriota Félix Emílio Taunay os apontamentos acerca da longa jornada que empreendera pelos sertões do Brasil. Félix Emílio era um dos integrantes da Missão Artística contratada por D. João VI na

Europa para fundar no Rio de Janeiro uma Escola de Belas Artes, e após o regresso de seu pai para a França, permaneceu no Brasil à testa da instituição de que fora um dos fundadores. Foi o pai do Visconde de Taunay, que, entretanto, só nasceria em 1843, quase quinze anos depois da passagem de Hércules Florence pelo Rio de Janeiro. Os apontamentos de Florence, ao que parece, ficaram perdidos por mais de quarenta anos, como que à espera de alguém que por eles realmente se interessasse. Assim, quis o destino que se associassem dois grandes nomes, pois coube a Alfredo d'Escagnolle Taunay (o futuro Visconde de Taunay) promover a primeira publicação, não só do relato da viagem, como da memória sobre o registro da voz dos animais, a **Zoofonia**, como a chamou Hércules Florence.

Feito este ligeiro intróito, registram-se, a seguir, os textos florencianos existentes:

1 – **Esboço da viagem feita pelo Sr. de Langsdorff no interior do Brasil, desde setembro de 1825 até março de 1829, escrito em original francês pelo segundo desenhista de comissão científica Hércules Florence, traduzida por Alfredo d'Escagnolle Taunay.** Publicado nos tomos 36 e 37, correspondentes aos anos de 1875 e 1876, da “Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”. Provavelmente o próprio texto deve ter sido ordenado literariamente por Taunay, pois este, no extenso prefácio que escreveu para a publicação, refere-se aos originais um tanto desordenados e em forma de rascunho, como que à espera de uma redação definitiva. A tradução de Taunay (“incomparável tradução”, como a classificou um dos descendentes de Hércules Florence), embora de um texto hoje sabidamente incompleto, constituiu uma referência na bibliografia florenciana e, com base nela, deversas outras edições foram feitas.

O fato de ter sido publicado numa revista especializada e de circulação restrita, não propiciou ao relato de viagem de Hércules Florence cair no conhecimento do público, pois sequer uma separata que pudesse aparecer nas livrarias foi feita, limitando-se sua circulação aos sócios do tradicional sodalício fluminense e às bibliotecas às quais a revista do Instituto era enviada. E infelizmente, durante quase setenta anos, não ocorreu a nenhum editor tirar em livro o precioso relato. Foi preciso esperar até 1941 para que tal acontecesse. É justo, entretanto, que se consigne que o grande historiador Afonso de Taunay, quando diretor do Museu Paulista, publicou na revista da Instituição que dirigia (tomo XVI, correspondente a 1928) a primeira parte do texto florenciano, sob o título **De Porto Feliz a Cuiabá**. Não sei porque Taunay não publicou o texto integral, limitando-se à primeira parte, uma vez que ele próprio, no prefácio, externou conceitos valiosos acerca do interesse do relato, reconhecendo, ainda achar-se (já naquela época) fora do alcance do público pelo fato de estar, na sua edição original, incluída na Revista do Instituto Histórico Brasileiro. Embora dessa primeira parte fosse tirada uma separata, que me lembro de ter

visto à venda em algumas livrarias, pouco, muito pouco contribuiu para a divulgação do relato da famosa Expedição Langsdorff.

Isto posto, pode-se dizer que só em 1941 a obra do nosso franco campineiro veio a ser conhecida do público, com a excelente edição da Companhia Melhoramentos de São Paulo, que reproduz integralmente a de 1875/76, trazendo ainda prefácios de Afonso de Taunay e de Ataliba Florence e mais de uma centena de ilustrações do próprio autor. Bela edição, para os padrões gráficos da época, bem à altura tanto do autor como do tradutor, recebeu como título **Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas** (dado pelo próprio Hércules Florence quando, muitos anos mais tarde, reescreveu o texto) e mereceu reedições em 1948 e em 1950 e, mais recentemente (1977), dela se fez nova edição, não mais pela Melhoramentos, mas pela Cultrix, em convênio com a Editora da Universidade de São Paulo. Esta edição substituiu os prefácios de Afonso de Taunay e de Ataliba Florence por um de autoria do Professor Mário Guimarães Ferri, botânico eminente, antigo reitor da Universidade de São Paulo e, atualmente, diretor da editora da grande universidade paulistana. Conservou contudo, a introdução que o Visconde de Taunay escrevera para a edição do Instituto Histórico e que vinha figurando em todas as edições, inclusive na parcial, do Museu Paulista. Conservou igualmente, todas as ilustrações das edições Melhoramentos e apresentou padrão gráfico em nada inferior às edições anteriores. Certamente será esta a edição que o leitor interessado poderá encontrar nas livrarias.

Vinte anos depois de ter-se fixado em Campinas, entendeu Hércules Florence de reescrever o relato da Expedição Langsdorff. Os originais deste novo relato permaneceram inéditos até 1977, quando foram traduzidos por um seu descendente, Francisco Álvares Machado e Vasconcelos Florence, e publicados com anotações de Cláudia Vasconcelos Marino, Luís Lisanti, Lycurgo de Castro Santos Filho, Newton Carneiro e Tekla Hartmann, pelo Museu de Arte "Assis Chateaubriand", de São Paulo. Com apresentação do diretor do Museu, Pietro Maria Bardi, foi o volume dedicado a D. Clemente Maria da Silva Nigra, "o primeiro a estudar o material enviado pela Expedição Langsdorff à Academia de Ciências de Petersburgo". Uma nota introdutória do tradutor informa-nos do caráter do livro, bem como de numerosas pesquisas feitas no Brasil e no exterior em torno da famosa e ao mesmo tempo malograda expedição, da qual Hércules Florence foi dos poucos sobreviventes e, por sorte, o encarregado de redigir o diário da jornada. Tal como as edições anteriores (Melhoramentos e Cultrix), vem esta nova versão do texto florenciano enriquecido de numerosas estampas e, ainda, fotografias atuais de pontos outrora desenhados pelo pintor, trabalho este realizado por Boris Kossoy, incansável lutador em prol

dos direitos de Hércules Florence à invenção da fotografia e autor de excelente livro sobre o assunto, editado também em 1977 pela Faculdade de Comunicação Social Anhembi, de São Paulo.

O “novo” texto florenciano, cujos originais encontram-se, juntamente com numerosos outros escritos de sua autoria, em poder de um dos seus descendentes, o preclaro amigo Arnaldo Machado Florence, é, praticamente, um texto realmente novo, se compararmos com o divulgado pelo Visconde de Tau-nay. Daí ter dito, na conferência que proferi na Academia Campinense de Letras, que Hércules Florence pode figurar duas vezes em nossa literatura de viagens, o que, bibliograficamente falando, tem muito interesse. Não se trata simplesmente de ser o novo texto mais completo que o divulgado anteriormente, pois se muita coisa foi acrescentada, outras foram retiradas e a própria ordenação da matéria seguiu critério diferente. Diria que os textos se completam, o que se reveste de alta significação para os interessados na literatura dos viajantes estrangeiros que escreveram sobre o nosso país. Lamenta-se, apenas, que, embora profusamente ilustrada, seja esta edição tão mal cuidada, sob o aspecto gráfico, prejudicando sensivelmente a obra. A tal ponto chegou o descuido de quem imprimiu o volume, que suas páginas (quase duzentas) nem foram numeradas. . .

Infelizmente não posso dar aos leitores interessados informações sobre o processo de aquisição do novo relato florenciano. Publicado, como disse, pelo Museu de Arte de São Paulo (na Avenida Paulista), não sei se chegou a ser posto à venda, pois jamais o vi em qualquer livraria. Recebi-o por nímia gentileza do preclaro amigo Arnaldo Machado Florence, que em mim viu um “grande entusiasta dos feitos e pesquisas científicas” de seu ilustre antepassado, como gentilmente escreveu na dedicatória com que me ofereceu o volume. Mas, acredito que escrevendo ao Museu, os interessados poderão obter informações necessárias quanto à obtenção do livro, pelo menos enquanto dele não se fizer uma edição comercial.

Do que tem sido escrito em outros países sobre a Expedição Langsdorff, encontra-se traduzido e publicado na coleção “Brasiliana”, da Companhia Editora Nacional, o livro de G. G. Manizer, que, jactando-se de ser o “único relato completo” da expedição, não passa de mera apropriação, nem sempre muito honesta, do diário de Hércules Florence, acrescido, ainda, de tendenciosa introdução denunciadora da ideologia predominante na União Soviética. Convém ler os comentários tecidos sobre este livro pelo Professor Vinício Stein Campos, em artigo publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, vol. 73, de 1977.

CARTAS DE UMA INGLESA SOBRE A BAHIA (1 764)

Nilce Aparecida Lodi

O propósito deste artigo é determinar, através da análise das **Cartas sobre a Bahia**, a consciência real e possível de sua autora, Mrs. Kindersley, em seu testemunho a respeito da vida soteropolitana, na segunda metade do século XVIII. O livro da visitante inglesa é uma raridade, quase fora do alcance da maioria dos leitores, e dele a Biblioteca do Museu Paulista possui um exemplar da edição alemã publicada em 1 777. (1)

O relato tem início em junho de 1 764 (na edição alemã, a primeira carta é datada, por engano, de 1 774) e término em fevereiro de 1 769. Compreende uma série de 76 cartas, com variedade extraordinária de informações sobre povos e regiões correspondentes às treze escalas feitas pela irrequieta viajante durante sua longa excursão marítima. As cinco primeiras cartas, escritas de Santa Cruz de Tenerife, ponto de escala quase obrigatório às travessias da época, são datadas de junho de 1 764. De agosto a setembro, redige sete cartas datadas de São Salvador (Bahia), narrando sua permanência, desde o momento de seu desembarque. Prossegue viagem para o Cabo da Boa Esperança, de onde escreve cinco cartas a partir de novembro. Em junho de 1 765, dá notícias de Pondichery e Madras ao Forte São Jorge. Em seguida, narra suas experiências em Calcutá, em duas cartas de agosto de 1 765. Recomeça sua atividade epistolar em setembro do ano seguinte, com informações sobre Motteh Lill, Mongheir e Patna. Em março de 1 767, chega a Boctaphur. De junho desse ano a maio do ano seguinte, permanece em Allahabad, escrevendo daí trinta e seis cartas. De maio a setembro de 1 768, visita Calcutá, e em fevereiro de 1 769 sua correspondência, com uma única mensagem datada de Santa Helena.

Vazado em estilo limpo, afirmativo, sem ser uma grande escritora, suas observações não foram ordenadas, em geral, de tal forma que pudéssemos delas tirar o máximo proveito. Os assuntos são abordados ora através de informações superficiais ou insignificantes, ora repetidos com insistência e detalhes desnecessários.

Curiosamente, em todo o relato, não declina o nome de qualquer das pessoas que conheceu, nem mesmo da inglesa que a visitou; não deno-

(1) "Um Cimélio do Museu Paulista: a primeira viajante do Brasil — Cartas sobre a Bahia por Mrs. Kindersley (1764)". Trad. do Dr. Vicente de Souza Queirós. Em **Anais do Museu Paulista**, tomo I, 2ª parte, págs. 11-28. A tradução da 6ª à 12ª carta, que se refere à Bahia, foi solicitada por Affonso de Escragnonle Taunay, doador à biblioteca do Museu do exemplar "Briefe von der Insel Teneriffe, Brasilien. . ." Leipzig, Weidmanns Erben u. Reich, 1777. Trata-se de um livrinho in 8º, de 286 págs. encadernado, tendo, na página fronteira ao título, um desenho a pena, com a legenda "Ein Zimmer in einem Zannah"

mina os locais que visita, nem se preocupa em declarar o nome do navio em que viaja. Faz menção a certa "Madame R ...". Parece-nos, que tal atitude foi intencional e bastante cautelosa: a única vez em que menciona um nome, o faz com tanta inexatidão que chama a atenção do leitor mais distraído. Ela afirma:

"A América foi sempre o ponto de reunião dos jesuítas, havendo muitos deles no Brasil. O rei de Portugal, D. Manuel (sic !), teve toda-via coragem de expulsá-los do país" (VIII, 19). (2).

Diante disso, "que critério fazer do critério de uma criatura que, em plena ação pombalina, antijesuítica, diz barbaridade de tal ordem ? " (TAUNAY. 1920 a, 1: 1).

A análise das CARTAS levaria a buscar-lhes as motivações.

Uma delas seria o objetivo de satisfazer o ocioso interesse de quem não podia viajar pessoalmente, uma vez que a Autora afirma: "Meu desejo de lhe comunicar as minhas impressões aguçou-me o senso de observação. Tenho-me esforçado por conhecer, verdade é que com pouco resultado, os costumes e a forma de governo do país em que me acho " (VIII, 17).

Outra, ela estaria simplesmente colocando em prática a idéia de que se deve viajar, sempre que possível, por outros países para compreender melhor os problemas e as possibilidades do sistema político de seu próprio país. Por isso escreve:

" O conhecimento das leis e dos usos dos diferentes povos, a felicidade de possuir um governo brando, em suma, toda e qualquer instrução dá aos homens uma independência que torna a opressão insuportável. Comparam as leis do seu próprio país e a imparcialidade com que são aplicadas às dos outros, sentindo-se felizes quando as mesmas são justas. Em caso contrário todavia sentem de modo penoso, o que nelas falta. Deforma-se a mentalidade do povo com um mau governo. Age o povo impelido pelo medo, nele abafando os sentimentos de honra e de dignidade. Nas leis não encontra auxílio nem apoio tão pouco, recorrendo então, como meio de defesa, à astúcia e perfídia. Não há solidariedade alguma, nutrindo uns para com os outros sentimentos de desconfiança e temor. É tão interessante quanto triste considerar as nações nas suas diferentes fases de grandeza e decadência. Portugal cujo comércio e navegação abrangia as duas Índias, retirando delas imensos tesouros e dando exemplo à Europa, acha-se atualmente decaído, de tal modo, que dificilmente imaginamos descenderem os atuais portugueses daqueles que viviam há um par de séculos" (VIII, 21).

(2) As citações das CARTAS são acompanhadas da indicação em algarismo romano e do número da página, em arábico, correspondem à tradução publicada nos *Annaes do Museu Paulista*.

Uma terceira motivação seria o desejo de prolongar a aventura, através do relato dos momentos nela vividos. Talvez por isso, inicia suas informações afirmando: “Sinto-me com o maior prazer para lhe escrever depois de uma viagem longa e perigosa; da ilha de Tenerife chegamos sãos e salvos a S. Salvador, ou Bahia, nas costas do Brasil, esperando logo poder descer à terra” (VI, 15).

A análise do conteúdo das “CARTAS SOBRE A BAHIA” pode ser configurada através do destaque de alguns elementos que emergem do texto e propõem problemas ao investigador interessado em recompor a realidade histórica do terceiro quartel do século XVIII do Brasil-Colônia. Assim, escolhem os seguintes: povo, natureza, governo e cultura.

1. POVO

A visitante inglesa oferece-nos sua visão sobre os habitantes da terra dizendo:

“O povo aqui chama-se português. Existem ainda muitos descendentes daqueles que cá se estabeleceram quando Portugal, pela primeira vez, tomou posse desta costa. O seu número tem crescido constantemente, aumentado pelas famílias que o desejo de enriquecer chama para fora de seu país. Os seus sentimentos e fins, quando emigram, são bem diferentes daqueles que nos animam a nós, Bretões, quando deixamos a velha Inglaterra para nos irmos estabelecer em lugares estranhos. Nós alimentamos constantemente a esperança de voltar ao nosso país, eles, ao contrário, se estabelecem com suas famílias definitivamente, considerando o país como sua pátria. E tanto melhor para eles que são animados por tais sentimentos, pois o caminho de volta à pátria acha-se ericado, de obstáculos e dificuldades” (VIII, 17 – 18).

Mrs. Kindersley apreendeu parcialmente as implicações do processo de emigração. Está fora de dúvidas que, a partir de meados do século XVII, a emigração para o Brasil tornou-se considerável, ameaçando, por vezes, despoisar regiões importantes de Portugal, como o Minho. Tanto assim que foram tomadas medidas repressoras enérgicas, através de leis, quase sempre esquecidas, ou desobedecidas, que se sucederam por um século. A própria renovação dos documentos legais, restringindo a emigração, mostra-nos como tais medidas foram ineficazes. Para o Brasil, naturalmente, este fato teve largas conseqüências. Determinou um rápido crescimento da população e a extensão da colonização. Os pequenos núcleos esparsos pela estreita faixa ao longo do litoral se avolumam após a primeira metade do século XVII, cresce a ocupação do interior nordestino e estende-se largamente pelo território, invadindo importantes áreas que pertenciam legitimamente à Espanha. De 1 650 a 1 750, os portugueses ocuparam efetivamente, embora de forma dispersa, quase todo o território que hoje constitui o Brasil. A Espanha foi obrigada a reconhecer a soberania de Portugal sobre a área que, de direito, lhe cabia na maior parte. O esvaziamento e a ruína de Portugal significaram o desenvolvimento do nosso país.

A visitante não considerou que o ingresso de novos moradores, anciosos por alcançar uma posição social e econômica superior àquela que ocupavam na Metrópole, poderia provocar a concorrência destes com os já aqui estabelecidos, procurando desalojá-los de suas posições.

“O português que emigrava para a colônia não o fazia com o interesse de se tornar simples trabalhador a jornal. Ambicionava a riqueza e a importância que podiam advir do fato de ser dono e explorador de vastas extensões de terras” (CANABRAVA. 1963, 201).

Os que vieram nos primeiros séculos eram inteiramente da lavoura, os outros monopolizavam o comércio, “eram superiores aos filhos do país em cultura geral, em habilidade, em atividade” (HANDFLMANN. 1931, 724), “não admitindo filho nenhum da terra a caixeiros, por d’onde possam algum dia serem negociantes” (Marquês do LAVRADIO, 1779).

Uma forte classe urbana se constitui e vem alterar a fisionomia da Colônia, quebrando-lhe o equilíbrio econômico e social. “Sua influência se fez sentir em dois setores: comprando terras e engenhos para se amoldarem aos hábitos dos senhores rurais, que desfrutavam de prestígio político, desmantelando o empresário agrícola, e transformando-se em rendeiros. Passaram da classe lucrativa para a classe proprietária. Por outro lado, deram maior expressão à burocracia colonial, alimentando-a com ingressos e tributos, e, reforçando-a pela integração nela de seus rebentos, letrados das universidades portuguesas” (FAORO. 1958, 108-109). Não abandonaram porém, o sobrado da cidade.

Em tais circunstâncias, têm origem atritos entre os naturais da colônia, descendentes dos antigos imigrantes, os “**brasileiros propriamente ditos**” e os imigrantes mais recentes, os “**portugueses de Portugal**”, ou os “**filhos do Reino**” ou pejorativamente, os “**branquinhos do Reino**”.

Apesar dos esforços da administração pública, o estretecimento nacional entre os ramos da mesma raça, o português-europeu, e o português-brasileiro, desenvolveu-se continuamente. Em meados do século XVIII, “as rivalidades continuaram a lavar surdamente, e irão explodir afinal, em princípios do século passado, nas lutas pela emancipação” (PRADO JÚNIOR. 1959, 50).

Em sua generalização, Mrs. Kindersley ignorou a presença de moradores temporários, que vinham ao Brasil para o desempenho de atividades públicas, funcionários que “consideravam o seu cargo somente como mina de ouro e depois regressavam a Portugal com o roubo” (HANDELMANN. 1931, 724), como, por sua vez radicaliza Handermann.

Quanto ao caráter dos integrantes da sociedade colonial brasileira, ela não ficou menos impressionada com os “**vícios**” do que com as suas

“virtudes”. Via de regra, os portugueses “são muitíssimo desconfiados, não permitindo a suas mulheres sociedade masculina alguma a não ser a de parentes”. Têm “grande habilidade e inclinação” para enganar e roubar os estrangeiros” (VIII, 18 – 19), ou “talvez não sejam sinceros e leais” (VI, 15). São extremamente vingativos e traiçoeiros. Os assassinatos são freqüentes. “O ofendido espreita o adversário até que o encontre finalmente em lugar ermo durante a noite, desarmado e isolado. Apunhala-o, então, pelas costas, pelas próprias mãos ou pelas de um assalariado, o que é fácil encontrar mediante módica remuneração” (IX, 23).

A lista de “qualificativos” é extensa e a ela acrescenta o da estupidez e da preguiça (XI, 25).

Para com suas companheiras de sexo não é nem um pouco benevolente. Considera-as indolentes, desleixadas e ignorantes; astutas, dissimuladas e com acentuada inclinação a aventuras amorosas e à infidelidade.

“... A nada se aplicam, sua inteligência é completamente inculta, manifestando-se-lhes a vivacidade natural pela astúcia e esperteza. Seus parentes masculinos não depositam grande confiança em suas virtudes. Elas, em represália, lançam mão de todos os ardis para iludir a vigilância de que são de contínuo cercadas. Têm todas uma grande inclinação, a falarmos com indulgência, pelas aventuras do amor e pelas intrigas amorosas. Pudessem eu contar o que fazem estas mulheres, que passam os dias nas igrejas, durante as trevas da noite !!! Seria acusada de escrever um pasquim sobre o sexo feminino” (X, 23).

Não poderíamos esperar grandes elogios acerca das mulheres depois do que havia dito sobre o caráter geral dos homens.

Não obstante o aguçado senso de observação da missivista, “a lhanza do trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam”, e que “representam um traço definido do caráter brasileiro” (HOLANDA. 1976, 106 – 107), não foram sequer mencionadas.

Ora, quem ao Brasil viesse pela época da colonização, conseguindo barrar a proibição de entrada aos estrangeiros, não encontraria muito onde se hospedar. Já que faltavam hotéis para os viajantes em trânsito, estabeleceu-se o hábito da hospedagem em casas particulares. Debret (1818) e Daniel Kidder (1838), entre outros, inseriram, em seus relatos sobre a estada no Brasil, observações quanto à escassez, para não dizer, ausência de hotéis e restaurantes no Rio de Janeiro. O que seria de imaginar, das condições para hospedagem na cidade de S. Salvador, em 1764, quando foi visitada por Mrs. Kindersley?

Ela nos conta que ficou em casa do cirurgião francês, que estivera a bordo do navio, juntamente com um médico, com o encargo de ve-

rificar a ocorrência de casos de moléstias contagiosas. Era “casado com uma portuguesa nata”, que “não posso infelizmente de modo algum subornar . . . nem dela obter informações, pois se exprime unicamente na língua materna, da qual não compreendo patavina” (VII, 16 – 17).

Ressente-se com a péssima opinião que os moradores da Bahia têm dos ingleses e com o acolhimento pouco amável, em geral dispensados aos estrangeiros. É provável que, durante sua rápida permanência, não tenha conseguido penetrar, como raros estrangeiros o fizeram, em outro aspecto da vida nacional: qualquer forma de convívio deverá ser ditada pela ética de fundo emotivo. Seja para o que for, para conquistar o brasileiro, é necessário antes de tudo fazer dele um amigo.

Numa tentativa de retribuição da acolhida recebida e dos momentos desfrutados aqui, ou talvez para minimizar o perfil grotesco que traçara de seus habitantes, Mrs. Kindersley tenta pôr em relevo alguma virtudes dos soteropolitanos, afirmando: “Têm eles patenteado grandes sentimentos de humanidade e prudência no seu modo de tratar os indígenas, os quais são livres não obstante pertencerem a um povo conquistado” (XII, 26).

Reprova os meios empregados pelos espanhóis para introduzir o cristianismo entre os americanos dos países conquistados. Abomina os excessos e atrocidades cometidos pelo zelo religioso, pois “deshonram não somente a religião mas igualmente a própria natureza humana ” (XII, 27). Embora os portugueses enviem missionários pelo país, nunca constroem seus habitantes a se converterem ao cristianismo.

A única qualidade visualizada pela visitante nos colonizadores, o tratamento que davam aos indígenas, merece algumas considerações.

“O exame do próprio processo histórico brasileiro mostra que ele decorreu ignorando condições de natureza ética ou humanitária. A conquista de uma terra bravia, ínvia, não se faria sem uma política agressiva, dura e cruel quando preciso e até mesmo gratuitamente. (. . .) . . as crônicas dos primeiros tempos são pródigas em descrições de como correu o sangue indígena” (QUEIROZ. 1 975, 456).

A princípio no Brasil-colônia se recorreu ao trabalho indígena. Aos poucos foi-se tornando necessário forçá-los ao trabalho, manter a vigilância intensa sobre eles e impedir sua fuga e abandono das tarefas. A seguir, a escravização pura e simples apesar da atuação dos jesuítas insurgindo-se contra ela e do pronunciamento do Papa Paulo III, em 1537, em favor dos aborígenes, declarando que a ninguém, sob pena de excomunhão, era lícito perturbá-los no gozo de sua liberdade.

O concurso do braço indígena, notadamente nos dois primeiros séculos, foi de grande valia para o povoador português. Contudo, “à medida em que a empresa colonial ganhava corpo, que à indústria da extração de madeira vinha somar-se a do açúcar, logo sobrepujando-a em importância, começou a ressaltar à apreciação coletiva, sobretudo nas capitanias do norte, a inadaptação da mão-de-obra indígena para vários mistéres” (GOULART. 1963, 185). Foi o escravo africano que lhe tornou possível a exploração e o aproveitamento das riquezas coloniais.

Mrs. Kindersley certamente anotou a informação a respeito do modo de tratar os indígenas sem se importar com a sua verificação, uma vez que a atitude dos portugueses, nesta questão, parece coincidir com sua maneira de sentir. Sem muito esforço, teria sabido que o direito à escravização dos índios, desde que aprisionados em “guerra justa”, era garantido por lei; que, em princípio, a sua escravidão só foi abolida em meados do século XVIII, mantendo-se, porém, mesmo depois, embora mais ou menos disfarçada. Oferece, pois, ao leitor uma visão distorcida da realidade ao afirmar: “Não os escravizaram, nem tão pouco deles exigiram serviços. A maior parte dos mesmos refugiou-se no hinterland onde vivem governados pelas próprias leis e segundo a sua religião. Os portugueses, neste ponto, não imitaram o exemplo dos seus vizinhos espanhóis, cujo zelo religioso os levou a cometer excessos e atrocidades dignas de verdadeiros bárbaros” (XII, 26 – 27).

Na realidade, a catequese religiosa, decorrência da tradicional política missionária e colonizadora, que se iniciara no reinado de D. João III, consistia na conversão dos índios, no esforço de aldeá-los, no aproveitamento de seus serviços por último. Esta política assegurou à Companhia de Jesus os meios de sua extraordinária expansão em terras brasileiras. Os aldeamentos dos indígenas porém, não chegaram a atingir um nível compatível com a produção em grande escala. Foram freqüentemente destruídos pelos bandeirantes, em suas atividades de apresamento de índios.

Proavelmente, os informantes da visitante inglesa limitaram-se a transmitir-lhe as mais recentes determinações da política pombalina para execução do “plano de libertação dos índios e secularização das missões eclesiásticas” (Alvará de 1755), em “defesa de interesses econômicos da Coroa, que se encontravam ameaçados pela crescente influência das congregações religiosas nos assuntos seculares” (CARVALHO. 1963, 78 – 79).

Além do europeu e do indígena, um terceiro elemento concorreu no povoamento do Brasil: o africano que integrou a sociedade colonial com um destino previamente traçado, para fornecer-lhe trabalho, em regime servil, e isso lhe marcaria a posição de inferioridade.

A escravidão, uma das formas de exploração humana que parecia relegada ao passado, restabelece-se no início da Idade Moderna. Que motivos exigiram tal retrocesso ?

No quadro da expansão ultramarina, o tráfico dos escravos foi aceito como peculiar às áreas coloniais, em decorrência da inadequação e insuficiência da estrutura dominante nas metrópoles, perante os problemas da colonização das terras descobertas, onde a produção não constituía atividade preexistente.

A exploração colonial e o trabalho escravo são sinônimos, peças inseparáveis do mesmo processo. Nesse processo, de início, a propriedade da terra não tem nenhuma função apreciável. Ela não o condiciona ou determina. O processo é independente dela. Importa a presença do elemento humano para produzir, e por isso, o escravo faz parte do investimento inicial do colonizador. As terras lhe são doadas pela Coroa, o escravo só pode ser obtido pela compra e a alto preço. Vale mais do que a terra, muito mais, embora haja uma relação entre os dois fatores. Assim, aquele que não tivesse escravos, por mais extensas que fossem as suas terras, nada tinha (SODRÉ. 1968, 70 - 71).

A necessidade de produzir para o mercado externo gera o modo escravista de produção à base do africano importado em massa das possessões portuguesas da África. Os resultados de seu trabalho se destinam ao fornecimento para os mercados distantes e não ao consumo imediato e local.

Pela sua natureza e finalidade, a produção colonial e o comércio de escravos estão vinculados ao quadro do desenvolvimento econômico do ocidente europeu. A Inglaterra desempenhava apreciável papel na exploração do tráfico negreiro. Nos primeiros séculos supera os capitais portugueses aplicados nesta empresa e, ainda, nos últimos anos do século XVIII, realiza mais de metade de todo este comércio. Somente em 1807, após abolir o tráfico nas suas colônias, é que ela se torna o paladino internacional da luta contra ele. Verifica-se, com a passagem do tempo, que os problemas mudam de aspecto à medida que as necessidades impõem alterações, chegando mesmo a atingir o campo ético.

Mrs. Kindersley não pretende equacionar o problema da escravidão. Isto se observa particularmente na atitude que assume com relação a eles, durante sua estada numa sociedade onde os valores do trabalho são amesquinçados porque desclassificam.

Em suas "CARTAS" verifica-se uma incorrigível tendência discriminatória para com a massa de "escravos pretos de ambos os sexos", que "pululam" as ruas, estreitas e sujas, da cidade ou trabalham nas plantações.

Para ela, a escravidão negra é uma situação de fato, talvez um mal necessário que a incomoda, porém, inevitável. Assim, ao mesmo tempo que manifesta sentimentos de compaixão para com o escravo e desprezo pelos seus donos, aceita seus serviços ao passear pelos arredores da cidade num bangüê.

Esse meio de transporte constitui “a coisa mais extraordinária que jamais vira neste mundo” e tenta descrevê-lo:

“... Esta liteira é carregada aos ombros de dois escravos pretos; o que vai na frente geme a cada passo, sendo correspondido pelo seu companheiro detrás. Isto os auxilia todavia a regular o passo. É porém um som desagradável... (...) ... quando pela primeira vez fomos ao campo e ouvimos assim gemer bandos de escravos que carregavam qualquer coisa, de um lugar para outro, ficamos convencidos de que exigiam deles esforços sobre-humanos excedentes às suas forças. Foi grande a nossa compaixão, consequentemente, forte o nosso desprezo contra os seus senhores” (XI, 25 – 26).

Horrorizada com tantos gemidos e ciente do “perigo de ser lançada fora devido às violentas oscilações”, mesmo assim ela não apeia da liteira. Já que não lhe foi possível obter um cavalo para montar, prefere ser transportada por dois negros possantes do que andar a pé.

Não obstante seus sentimentos “humanitários”, mantém-se presa às idéias do século, terminando por revelar preconceito e desprezo pela raça negra escrava, quando diz:

“Já são feios por natureza e ainda mais o ficam devido às horríveis pinturas que os pais lhes imprimem no rosto quando são ainda crianças. (...) ... extraordinária a impressão que as pompas da religião católica sempre produzem sobre estes cérebros incultos. Mostram-se tão devotos e religiosos quanto o são pouco os nossos homens do povo das cidades. Assistem a todas as missas, obedecem sem protestos a todas as injunções dos seus divinos instrutores, possuindo o entusiasmo irrefletido da devoção” (XII, 27).

Não cogita, em nenhum instante, das razões que determinaram “por que” e “como” se realiza o tráfico negreiro e ou “a quem” interessa patrocinar o regime servil. Não ousa indagar a quem cabe a responsabilidade desta situação e até que ponto seu país está nela envolvido.

Não fosse a sensibilidade auditiva da visitante, nem a presença dos escravos teria sido notada por ela.

Além da origem e composição da população do Brasil-Colônia, suas qualidades e defeitos, ressalta também aspectos do modo de viver predominante na época.

Os mais abastados e bem sucedidos, optam por um estilo de vida simples, sem ostentação, luxo e conforto material, aparentando pobreza, como recurso para assegurar-lhes uma existência tranqüila e a preservação das riquezas conquistadas, da inveja e da cobiça de seus conterrâneos, e do “poder terrível da Inquisição” aqui desempenhado por seus agentes.

“As casa são boas porém freqüentemente por acabar. (...) As pessoas que querem até certo ponto figurar moram no primeiro andar, utilizando-se do rés-do-chão para lojas, depósitos de madeiras, etc, etc. O primeiro andar compõe-se em geral, de dois ou três grandes quartos, havendo no meio um pequeno dormitório, situado de tal modo que não tem luz própria, ficando conseqüentemente completamente às escusas logo que se fecham as portas. Nele moram as crianças e os escravos. (...) Sabem... ser a pobreza a maior segurança. Abstém-se portanto cuidadosamente,, prudentemente de fazer gastos que possam atrair a atenção, dando lugar a perseguições” (VIII, 19 – 20).

Só assim “a propriedade e, mesmo a vida,” estarão em segurança.

Exemplificando, narra a história de uma jovem que conheceu num convento particular: “Seu pai, disse-me ela, era um homem digno e bom; era porém rico, acontecendo que tal se divulgasse. Os inquisidores, sem lhe comunicarem nem tão pouco aos seus amigos, o crime que cometera, disseram-no acusado de heresia. Prenderam-no e apoderaram-se da sua casa, deixando os seus numa cruel incerteza acerca do seu destino, não se sabendo se, fora enviado para Portugal e, mesmo, se ainda se achava com vida” (IX, 22).

A riqueza, em geral, não altera o dia-a-dia do soteropolitano. “As artes não florescem entre eles sendo o gosto e a elegância, em mobílias e equipagens, cousas completamente desconhecidas. (...) Os habitantes conhecem somente por ouvir falar os encantos e as maravilhas da vida. Passam a existência numa indiferença completa” (VIII, 20 – 21).

2. NATUREZA.

Das “CARTAS” de Mrs. Kindersley emerge mais um elemento: a valorização da natureza.

Enquanto aguarda autorização para o desembarque, observa o “céu límpido e desanuviado”, sente “o calor da terra e o sol ardente” e confessa parecer-lhe nunca ter avistado, até então, paisagem mais bela (VI, 16).

Mais tarde, durante uma excursão pelos arredores de Salvador, experimenta grande prazer ao conhecer “uma bonita região de terras ricas e férteis, porém quase incultas”. Percorre “frescas e umbrosas florestas e campos,

chegando depois a uma grande planície donde se divisava magnífica vista sobre o mar”. Observa “disseminadas, aqui e acolá, casas de camponeses com jardins providos de todas as espécies de frutas (...) melões, tamarindos, limões, limas e romãs e altas árvores vergando sob o peso das laranjas”. Confessa maravilhada que “há aqui grande quantidade destas frutas, que são verdadeiramente soberbas”. E acrescenta, “existe neste país uma espécie destas frutas que é quatro vezes maior daquela que recebemos da Espanha e Portugal, não tem pevides ou sementes, sendo excelente o seu sabor.” Encontrou “grandes plantações de cana-de-açúcar e de fumo, pertencentes aos portugueses que moram em São Salvador”, contudo, reconhece que “pouco se cuida da agricultura num país onde os mais belos produtos da terra crescem na maior parte espontaneamente (XI, 24).

Reafirma seu entusiasmo pelos encantos naturais da região, escrevendo: “É difícil dar-lhe uma idéia da sensação deliciosa das brisas da tarde, da qual estávamos privados na cidade quente, e do prazer de descansar à sombra das grandes árvores. É um prazer que se goza aqui mais do que em qualquer parte, por ser o calor produzido por este sol abrasador verdadeiramente insuportável. A serenidade e a limpidez do céu realçam a beleza do panorama, tornando a sombra mais escura. Em nosso brumoso país, o querido sol é sempre o bem-vindo, o seu calor raramente incômodo, sendo mesmo sua ausência por demais freqüente” (XI, 24 – 25).

Esta é a única vez que Mrs. Kindersley considera, no que se refere à natureza, o Brasil em vantagem sobre a sua querida Inglaterra. Assegura, porém, que não é “o fumo, nem a cana, nem tão pouco a fertilidade do solo que para aqui atraem os aventureiros cristãos. São as riquezas enterradas nas entranhas da terra e das quais os índios não sabem tirar proveito algum” (XII, 25).

A partir do último decênio do século XVII descobrem-se e começam a ser explorados os depósitos auríferos, com o que se altera a estrutura produtiva brasileira e, em consequência, a vida financeira metropolitana. Ao meio do século seguinte, quando sobe D. José ao trono, ia no auge a produção do ouro, porém já se verificara que tamanha riqueza passava por Portugal sem remediar suas péssimas finanças, na conformidade do simples e arguto sistema imaginado pelos propositores do Tratado de Methuen. O afluxo de diamantes vem engrossar a receita dum orçamento comprometido. Uma administração ineficiente foi incapaz de tirar proveito desses benefícios. Paradoxalmente, mais vasto se tornava o descalabro quando maior se fazia a riqueza (4).

(4) Vd.: Lourival Gomes MACHADO. Política e Administração sob os últimos vice-reis. Pág. 359–365.

Acertadamente afirma: “as minas de diamantes pertencem todas ao rei”. O monopólio estatal da extração de diamantes foi estabelecido por Carta régia de 1731. Engana-se, porém, ao imaginar que as minas constituam “uma grande fonte de suas riquezas” (XII, 25). A capacidade de percepção das questões econômicas não captou os sinais de enfraquecimento do rendimento da mineração. Mesmo aos mais experientes, tais sinais se confundem com as oscilações naturais de produção.

3. GOVERNO

Outro elemento que não pode deixar de ser devidamente sublinhado é a forma de governo então vigente no país.

A visita de Mrs. Kindersley à Bahia ocorre num momento de transformação na administração colonial e de crise no governo da Capitania. Dentre as grandes transformações, provocadas em parte pela mineração e resultado de medidas preparatórias, está o deslocamento da sede do vice-reinado da cidade do Salvador para a do Rio de Janeiro em 1763.

Com este deslocamento, a Bahia perdeu “a importância política que desfrutava desde Tomé de Souza. No particular de seu desenvolvimento urbano, demográfico e econômico, não se registrara, no entanto, uma perda sensível. Ao contrário, a cidade crescia, sob qualquer daqueles ângulos num desenvolvimento ponderável” (REIS. 1963, 412).

O panorama administrativo torna-se instável a partir de 1760, com a morte do último vice-rei, D. Antonio de Almeida Soares Portugal, primeiro Marquês de Lavradio, e com o pedido de resignação que D. José Botelho de Matos, oitavo arcebispo da Bahia (1741 – 1760) foi forçado a encaminhar, por defender a Companhia de Jesus em seu atrito com o poder pombalino, entregando a administração da arquidiocese ao Cabido. Não havendo sucessor indicado para substituir o vice-rei falecido, o governo passa a ser exercido, em caráter provisório, por uma Junta composta do bispo ou seu representante, do Chanceler da Relação e da mais alta patente militar.

Um governo assim organizado, é considerado um “governo verdadeiramente esquisito”, com “tres chefes com influência e poderes iguais”. Isso dificulta como “qualificá-lo: eclesiástico, militar ou civil” (VIII, 18). Assim, três governos administrariam a Capitania: o eclesiástico, regulamentando as coisas pertencentes à direção espiritual e bem das almas, compreendendo o Bispado Metropolitano, Conventos, Irmandades, etc.; o civil ou secular, cuidando da administração da Justiça, arrecadação da Fazenda Real e do governo econômico do povo; e, o governo militar propriamente dito, cuidando das fortificações e guarnições (CALDAS, 1951, 73).

Residindo o interesse da viajante no funcionamento efetivo do tipo de governo implantado na colônia e não em sua organização ideal ditada pela Metrópole, seu relato é o somatório de suas experiências pessoais com a engrenagem da administração pública e de informações com terceiros. Tudo o que consegue apurar se resume em três evidências:

a) Esse governo “mantém os estrangeiros sempre à distância”, e sob um esquema de vigilância permanente, às vezes ostensiva;

b) “É absolutamente impossível poder dizer qual dos três governantes é a figura preponderante”;

c) Isso acarreta “grandes dificuldades e demoras que se encontram para obter as coisas mais necessárias e indispensáveis à vida” sob o pretexto “que o coronel nada pode fazer porque o governador civil está fora da cidade, em que o magistrado civil está impossibilitado devido à ausência do coronel, e que ambos nada resolvem por causa do bispo” (VIII, 18).

Desagrada-lhe as limitações que este regime impõe às suas aspirações e curiosidade. Deplora “ter de esperar pela volta do capitão” e não poder “deixar o navio antes de, para tanto, ter recebido licença do governador” (VI, 15). Receia “não poder gozar da liberdade de estar fora do navio, conforme entendia, por causa do horrível constrangimento em que tenho de viver num país em que o governo é tão suspicaz e pouco hospitaleiro”. Todo o tempo foi “constantemente acompanhada por um oficial e uma praça”, que não a largam um instante e fazem sentinela à porta de seu quarto. “Diminui depois a vigilância, isto é: iam dormir em casa, voltando pela manhã” (VII, 16).

“Fato este que, desde logo, nos deixa mal impressionados sobre a veracidade da recém-desembarcada, tão extraordinário é. Queixando-se de semelhante constrangimento, objetaram-lhe que não era senão uma prova de deferência, e um modo de prevenção contra possíveis desacatos” (TAUNAY. 1920 a, 1:1). “Não é preciso muita penetração”, declara a inglesa, “para perceber que isso não passava de um pretexto e que o fim colimado seria ou impedir-me a visita aos conventos das freiras... ou que travasse relações com as suas mulheres. Escapa ao meu entendimento o perigo que nisso viam” (VII, 16).

O mesmo deve ter sentido quando soube que uma sua patrícia, casada com português, residente na cidade, ao solicitar por intermédio do marido “licença ao governador para que a hospedasse em sua casa”, recebeu como resposta “que era demais duas inglesas em uma casa” e a licença para poder falar-lhe só lhe foi dada dois ou três dias depois de sua chegada.

Não é de estranhar o seu desabafo: “Santo Deus viver sob tal governo! Nós que anseamos sempre por mais liberdade não nos poderíamos acostumar a isto!” (VII, 17).

Verifica, também, que “alguns pobres e infelizes ingleses” residem aqui e estão “condenados a viver neste país o resto da miserável vida. Passam uma existência voltada à miséria e ao desprezo, sendo, logo que chega um navio, vigiados com tal rigor que lhes é de todo impossível escapar”. Sem demora tira algumas conclusões: 1ª “pelos cuidados que tomam para impedir a retirada dos que aqui se acham percebe-se ser este um país em que ninguém deseja permanecer de modo definitivo” e 2ª, esta vida miserável se desenvolve “entre as intrigas sórdidas dos padres e a prepotência dos soldados” (VIII, 18 – 19).

É manifesto o preconceito da visitante pelo clero católico. Nada lhe escapa: Eles moram nos conventos pertencentes à Igreja, “gozando aí do conforto e comodidade da vida”, “ gordos, preguiçosos e barrigudos são os antípodas dos de Tenerife pobres, humildes e mal alimentados” (VIII, 20). Além disso, “se intrometem em tudo, perturbando com a excomunhão o curso natural do direito”, refugiando assassinos, obtendo-lhes “o perdão por meio de confissão e esmolas”, e mantendo-os “a salvo do braço temporal da justiça, como se estivessem fora do país”, enquanto aguardam o perdão ou acolhendo-os no seu seio “como pecador arrependido” (IX, 22 – 23).

Justifica a importância dada aos padres, dizendo que “a pouca instrução e saber existentes no país só podem ser encontrados entre eles”. Maldosamente, assegura: o menino que aprender “um pouco de português e de latim de cozinha pode perfeitamente se tornar um dia bispo” (VIII, 20 – 21).

Além disso, “as liberdades tomadas pelos padres humilham e oprimem os cidadãos. Vão à casa quando lhes apraz, sentando-se à mesa sem ser convidados: dirigem a conversa, tendo mesmo livre acesso ao quarto das mulheres. Estas liberdades não se coadunam absolutamente com os zelos ou ciúmes dos portugueses, quando se trata de outras pessoas” (VIII, 18).

Neste contexto social, ela se confunde e se perturba. Aceita qualquer informação sem verificá-la. Sua “inteligência feminina não deu, nessa emergência, provas de grande penetração, pois devia calcular que as coisas nem sempre são o que parecem” (VII, 16), como ela própria reconhece, que as informações nem sempre são corretas. Acredita quando lhe dizem “que nesta cidade existem nada menos que três mil padres pertencentes às diferentes ordens” (VIII, 19). Três mil, na cidade ? Estaria passando ao leitor o que recebera, ou seria o caso: “quem conta um conto aumenta um ponto” ?

O cronista baiano José Antonio Caldas, em 1759, escrevera: “existem no Governo Eclesiástico desta Capitania para cima de seiscentos clérigos entre os instituídos em ordens sacras e menores, e o número pouco mais ou menos de Religiosos, Religiosas e Sacerdotes fazem o cômputo de mais de duas mil pessoas que gozam do foro Eclesiástico” (CALDAS. 1951, 71).

Dois mil religiosos na Capitania toda. Cinco anos depois, esse número decai, com a expulsão dos jesuítas. Logo...

A insistência da Autora em considerações sobre a Igreja Católica e seus membros, reflete um interesse pessoal ou visa a prender a atenção do leitor oitocentista, inglês ou alemão, em sua maioria protestante? De qualquer forma, ela própria reconhece “extraordinário” dedicar sua última carta sobre a Bahia, “tratando de religião”. Alega em seu favor “que tudo aqui se acha envolvido ou relacionado com a religião e os costumes religiosos, sendo uma parte do povo dominada pelas superstições e a outra ocupada em dominá-la, disso tirando partido” (XII, 27 – 28).

No seu entender aí reside a fonte de todos os males deste povo.

Qualquer que tenha sido sua formação religiosa, e esquecendo-se de suas antipatias, declara que entre as poucas coisas que encontrou para admirar estão as igrejas e conventos. São “os únicos monumentos dignos aqui de visita..., entre as quais algumas grandes e magníficas (...) Nelas existe a maior ordem e limpeza, sendo-lhes os altares ornamentados com estátuas, pinturas e dourados, candelabros e outros objetos de prata e de ouro, cujo valor, enorme, se eleva avultadas somas. (...) São belos os conventos pertencentes a igrejas, tendo portais e galerias” (VIII, 20).

A cada instante, porém, lembra-se da religiosidade de seus condescendidos, tão diferente desta encontrada no Brasil.

“Igrejas com tribunas não os infelicitam produzindo o renque duplo de colunas um belo efeito, dando ao coro uma aparência de grandeza e altura que os nossos templos nunca podem possuir” (VIII, 20). “Observando o zelo ardente do povo pela religião católica, acudiu-me à mente que a simplicidade sem artifícios do protestantismo, que se adapta, às necessidades daqueles que sabem separar a divindade das suas manifestações exteriores, acha-se por completo destituída do brilho e das pompas do culto romano que tanto atraem a atenção das multidões e lhes falam à imaginação. A confissão quando fosse séria, e nela não se cometessem abusos, seria excelente instituição prática e se os padres católicos desenvolvessem os mesmos esforços para moralizar os seus rebanhos, que envidam para lhes ativar os zelos religiosos e devoção, este incontestavelmente seria o povo mais virtuoso da terra” (XII, 27).

4. CULTURA

Não poderia deixar a visitante de assinalar em suas “CARTAS” um esboço, embora distorcido, da situação cultural em que se encontrava o Brasil-colônia em pleno “Século das Luzes”.

“Este lugar abastado e populoso não possui, entretanto, nenhuma escola pública além das primárias. Ler e escrever é o que se ensina à mocidade, e se o menino aprende além disso, por cima, um pouco de português e de latim de cozinha pode perfeitamente se tornar um dia bispo. É de estranhar que um país mantendo tão estreitas ligações como este com um reino europeu seja de tal modo destituído de conhecimentos artísticos e científicos. As obras artísticas das suas igrejas vêm da Europa. Os habitantes conhecem somente por ouvir falar os encantos e as maravilhas da vida. Passam a existência numa indiferença completa. Permitem-lhes somente o uso de poucos livros. É política do Governo manter os povos na ignorância” (VIII, 21).

Tais observações, redigidas em meados do século XVIII, parecem refletir as condições de uma época em que a arte e a ciência ainda não alcançara preponderância absorvente na cultura do Brasil. A verdade é que, as condições peculiares à sociedade colonial “foram obstáculos quase sempre intransponíveis a qualquer esforço no sentido de criar ou de aplicar ou de desenvolver conhecimentos e técnicas apropriadas a melhorar a existência” (SODRÉ. 1960, 290).

Tipos de produção colonial tendentes a incentivar a estratificação da sociedade, com a formação de aristocracias organizadas à base da grande propriedade e do trabalho servil e fundamentada na rotina, no esforço físico da mão-de-obra escrava, justificam a resistência da própria estrutura social às inovações técnicas, aos conhecimentos científicos e a tudo o que lhes está associado.

“De todas as faces da cultura, aquela que abrange os conhecimentos científicos, a pesquisa, a difusão, a experimentação, é a que mais fortemente exige uma estrutura social propícia, que desenvolva a curiosidade, o interesse, a aplicação, que necessite de novas técnicas como do próprio alimento, que se renove sem cessar e que dependa de tudo o que a ciência fornece” (SODRÉ. 1960. 290).

Não era desse tipo a nossa estrutura colonial, por volta de 1764. Estávamos destituídos de conhecimentos científicos por duas razões fundamentais. Por um lado, a estrutura social vigente não solicitava as ciências, não necessitava delas e, até mesmo, as repelia. Por outro, o isolamento imposto pela Metrópole, através de rigorosa fiscalização a qualquer contacto com as manifestações culturais de outros povos, impedia e eliminava qualquer esforço neste particular.

O sistema proibitivo colonial “não se limitava somente às pessoas estrangeiras, também visava às idéias estrangeiras” (HANDELMANN, 1931. 718). “Livros perniciosos” eram barrados e as bibliotecas particulares desvasadas. Os entraves da administração lusitana ao desenvolvimento da cultura inte-

lectual no Brasil, faziam parte do “firme propósito de impedir a circulação de idéias novas que pudessem pôr em risco a estabilidade do seu domínio” (HOLLANDA, 1976, 87). Se, no correr do século XVIII, existiam no continente europeu governos absolutistas, já começavam a despontar, com intensidade, através de todo o sistema geral de governo (despotismo esclarecido), as idéias incendiárias do liberalismo e da consciência nacional. Todas as cautelas foram tomadas pelo governo português para que os brasileiros não fossem tocados por elas, para que não se infiltrassem do exterior e, assim, não se desenvolvessem de dentro para fora, se fez vigilância constante sobre as pessoas e as idéias estrangeiras.

Mesmo assim, em meados do século XVIII, “ocorreu no Brasil uma bruxuleante época das Luzes, que se encaminhou para a independência política...” (MELLO E SOUSA, 1963,95).

Se o meio não estimulava os estudos científicos, nem tampouco a transmissão de suas técnicas, é fácil inferir que o meio não criaria as condições para o ensino da ciência.

Ajustava-se ao clima social e político dominante, o ensino inteiramente voltado às letras, ornamental e desinteressado. O sistema educacional “estabelecido pela Companhia de Jesus, representou tudo o que havia de realmente estruturado na fase colonial. Sendo quase todos os estabelecimentos de fundação real, eram de fato públicos e, como tais, gratuitos, ainda que não estatais” (LACOMBE, 1963, 71).

O sistema de ensino inaugurado “em substituição ao jesuítico representou um passo gigantesco no sentido do ensino estatal, leigo” (LACOMBE, 1963, 72).

A expulsão dos jesuítas desarticulou o rígido sistema de ensino existente, fragmentando as fontes de aprendizagem. A implantação do novo método de ensino ordenado por D. José I e estabelecido em 1759, tem início com as providências do Desembargador Chanceler Thomaz Roby de Barros Barreto (4) e do Cabido da Bahia (5), no princípio do ano seguinte.

Anexa à Carta do Desembargador, segue a “Relação das classes existentes nos Pátios dos Estudos da Bahia, em 1760”, segundo a qual, havia, na ocasião “seis classes, a saber: Teologia, Filosofia, Primeira, Segunda, Terceira e Escola de ler e escrever”. Frequentavam as aulas de Teologia, 6 alunos, as aulas de Filosofia, dos 100 estudantes que ingressaram, “no fim do segundo ano mal se achavam 30 e tantos para os exames”. O número de estudantes de Gramá-

(4) Documento 4 887. Carta do Desembargador para o Diretor dos Estudos, de 29 de março de 1760. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.

(5) Documento 4 900. Pastoral do Cabido da Bahia acerca do novo método de ensino, implantado pelo Alvará de 28 de julho de 1759. Bahia, 5 de fevereiro de 1760. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.

tica Latina variava de 90 a 120 alunos, pois além das classes do Colégio dos Jesuítas “havia 8 e muitas vezes 10 e 12 estudos particulares”, perfazendo “nunca menos de 180 até 200”. A escola de ler, escrever, contar e doutrina cristã acolhia mais de 100 alunos (6).

Atendendo às necessidades da população estudantil, o Desembargador Thomaz Roby de Barros Barreto, toma as seguintes providências:

a) Encaminha o pedido dos alunos de Filosofia para que o ex-jesuíta Pe. Manoel Maciel continue ministrando seus ensinamentos;

b) Sugere o aproveitamento do licenciado Manuel Coelho de Carvalho, que se oferecera para ministrar gratuitamente o curso de Filosofia, para o ensino de Retórica, enquanto não for provido ninguém para esse magistério;

c) Abre concurso e preside aos exames dos 19 opositores às cadeiras de Gramática Latina e Retórica, realizados no dia 5 de fevereiro de 1760, na presença dos examinadores: os Padres Mestres Fr. Leonardo da Conceição, religioso de São Francisco; Fr. Joaquim de Almeida, religioso carmelita calçado e Fr. Silvestre, religioso carmelita descalço (7).

Foram essas as primeiras providências para a execução da reforma na Bahia, para a escolha, mediante concurso de provas, dos professores régios. O mesmo ocorreu no Rio de Janeiro, como atesta a documentação existente em arquivos de Lisboa. Para Pernambuco, foram enviados dois professores régios da Metrópole, Manuel de Melo e Castro e Manuel da Silva Coelho; para o Grão-Pará o Professor Eusébio Luís Pereira Ludon e, para Vila da Vitória, Capitania do Espírito Santo, Domingos Fernandes Barbosa Torres de Pita Rocha.

Isso é apenas o início de um período de sérios transtornos do “sistema” de instrução da colônia. Apesar da carência de dados documentários, sempre é possível ter-se uma idéia do ensino em Salvador, neste determinado instante do século XVIII, quando não mais predominavam as instituições de ensino jesuíticas.

Só após o declínio da estrutura colonial de produção, o aparecimento e desenvolvimento da indústria, é que os conhecimentos científicos encontrariam receptividade em nosso meio e em nossas escolas.

Quanto às Artes, de fato, nos dois primeiros séculos, a sociedade colonial foi, de modo geral, refratária a elas. A Arquitetura, por exemplo, pouco se afastou dos estritos requisitos de funcionalidade. Seu objetivo primeiro era responder à necessidade de abrigo. Somente no século XVIII é que, na paisagem urbana que se esboça, começam a aparecer construções com sinais de grandeza arquitetônica. Em Salvador e Rio de Janeiro, aparecem “edifícios públicos

(6) Documentos 4 887 e 4 888, Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.

(7) Documentos 4 824 e 4 829, A.H.U.

ostentosos, mais pesados do que belos”, chafarizes e aquedutos. “Mas é nas igrejas que a arte encontra o acolhimento que o meio não lhe dá. Nelas é que se reúnem as suas variadas manifestações, através do tempo, na Arquitetura, na Escultura, na Pintura, trabalhos em madeira, pesados móveis lavrados, altares monumentais, sobrecarregados de ornatos, frontarias, painéis, púlpitos” (SODRÉ. 1960, 283).

É, sem dúvida, justificável, o entusiasmo da Autora pelas igrejas e conventos que visita, pois, na fase colonial, “as Artes foram recolhidas e protegidas pelo elemento religioso, que nelas encontrou meios e motivos de glorificação do que adorou e pregou” (SODRÉ. 1960, 284).

Aos jesuítas, franciscanos e beneditinos, devem-se, diversos monumentos da arte colonial, caracterizados pela grandiosidade dos revestimentos decorativos dos interiores e pela simplicidade externa. No contraste entre o exterior e o interior, dos templos, há uma ingenuidade rústica que se contrapõe à ostentação.

*

* *

Da reunião dos elementos, aqui destacados, emerge a visão de mundo da Autora das “CARTAS SOBRE A BAHIA”, marcada pelos antagonismos entre a Metrópole e a Colônia, a preocupação com a divulgação de suas observações tendo sempre como referência a Inglaterra, a necessidade de valorizar o país visitado diante do mundo, em algum aspecto, o de suas riquezas naturais.

Na impossibilidade de detalhar todas as informações, limitamo-nos às que julgamos principais: o povo, a natureza, o governo e a cultura.

O importante, para nós, nesta análise, é a visão de mundo da visitante inglesa, isto é, os elementos culturais de seu grupo social que, conscientemente ou não, deixa transparecer através de sua obra. Como toda criação cultural, é um fenômeno individual e social, inserida nas duas estruturas constituídas pela personalidade da Autora e pelo grupo social no qual foram elaboradas as categorias mentais que as estruturam. É também, ao mesmo tempo, criação voluntária diretamente estruturada pela realidade vivenciada e um dos elementos de adaptação do indivíduo à realidade.

Assim, não podemos separar o texto referente à Bahia do conjunto das “CARTAS”, nem tampouco separá-lo de sua Autora. Não obstante pouco saibamos a seu respeito, já que os dicionários enciclopédicos lhe omitem o nome, podemos imaginá-la ativa, inteligente, curiosa, hábil e aventureira. Sem qualquer intenção pejorativa, usamos o termo aventureira no sentido que jamais

disse “não” às coisas, conduzindo-as até onde pode, tirando delas partido, se possível, sem se preocupar com o desfecho final dos acontecimentos.

Impossível pretender compreender a Autora dissociada das relações sócio-históricas em que está inserida, e o seu relato fora da vida global da sociedade em que se desenrola.

Mrs. Kindersley pertence à oligárquica Inglaterra do século XVIII, onde os burgueses melhoram regularmente a sua situação civil e política, pois aumentam em número e em poderio. Expressa e sintetiza as aspirações e a vivência existencial deste grupo em dada situação, a de viajante estrangeira, num país estranho, distante, e até certo ponto misterioso. O confronto com esta nova realidade implica a revisão íntima do sentido da cultura européia. Em suas “CARTAS”, porém, não deixa transparecer qualquer reformulação neste particular. Para ela, o país que visita está em evidente descompasso frente ao mundo europeu. Este representa tudo o que há de belo, bom e justo, enquanto o primeiro, é retrógrado e dependente e, por isso, não o valoriza nem aprecia.

Não se trata de uma burguesa consciente do papel que lhe cabe como Autora, uma vez que não desmistifica os problemas, inerentes à dependência política e econômica do regime colonial vigente, nem procura soluções para a sua superação.

Não é uma representante da nova tendência do século: o cosmopolitismo. Não expressa, como os seus adeptos, idéias como a de que a espécie humana é una e que todos os homens têm os mesmos direitos e são capazes de realizar os mesmos progressos. Não adere às premissas de que não existe povo eleito, nem raça superior; de que patriotismo é preconceito e o sentimento nacional, desnecessário e inócuo.

Mrs. Kindersley, nesse sentido, não pode ser considerada uma cidadã do mundo, mas apenas uma inglesa errante que vagueia durante anos por estranhas terras, mas que não consegue esquecer a terra natal e suas instituições, protótipos perfeitos para todos os povos. Do que conheceu de diferente, nada parece ter conseguido alterar o seu modo de sentir, pensar e agir, nem mesmo suscitado dúvidas ou alterar seus valores e ideais.

Ela se colocou em situações que lhe permitiriam tomar consciência de uma nova visão do mundo, de realizar um trabalho de reflexão-crítica sobre a experiência vivida. Neste caso, pode ser considerada uma representante típica de sua época, época “onde havia liberdade para pensar, mas onde, na verdade, se pensava tão pouco que não se lucrava muito com esta liberdade”, como ferinamente observou Renan (8).

(8) Apud R. Mousnier e E. Labrouse, *O século XVIII*. Pág. 9.

A cosmovisão de Mrs. Kindersley é o resultado de sua própria condição humana, como mulher, inglesa, branca e protestante.

A sua situação de exterioridade em relação ao país lhe poderia fornecer certas vantagens, favoráveis à objetividade. Mas é preciso reconhecer que esta situação comporta também uma limitação não desprezível. Não lhe foi certamente possível perceber, ao mesmo tempo, o conjunto e os detalhes de uma sociedade tão complexa como a sociedade colonial brasileira; nem apreender as raízes de nossos problemas e tendências ideológicas e políticas, que assumem forma própria em nosso país.

É natural que fatores influam em suas considerações. Não só o preconceito, mas o desconhecimento da língua portuguesa obriga-a a receber informações ou a aceitá-las de pessoas que com ela se entendiam precariamente. Necessitaria, pois, de elevado espírito crítico para não ser influenciada pelo julgamento alheio, nem aceitar ingenuamente tudo o que lhe contam, sem a devida seleção.

Acrescente-se às dificuldades oriundas das barreiras lingüísticas uma outra, a viajante pouco se demorar na Bahia. Seu contato com os habitantes de Salvador foi rápido, curto e superficial, podendo levá-la a apreciação sem profundidade dos fatos. Por tudo isso, é pouco provável seu contato com representantes das diferentes camadas sociais.

Descontando-se tudo o que há de falho em sua narrativa, nos "flashes" colhidos, a maioria deles, pitorescos e bem apanhados, evidencia-se a vida colonial brasileira e a mentalidade dos homens do século XVIII. Evidencia-se a história.

O que desperta o interesse pelas anotações de Mrs. Kindersley é que "elas provêm exatamente de uma senhora. É a primeira autora que se ocupou do Brasil, a primeira viajante que imprimiu notas e impressões acerca dos nossos costumes". Ela "viu alguma coisa certa, muita coisa sob um prisma estrambótico, criado pela ignorância do meio, e a rapidez das deduções alinhavadas na hora; foi, às vezes, engazopada na boa-fé pela falsidade de informantes pouco escrupulosos e fez como fazem geralmente os escritores de sua categoria: generalizou à larga". De mais a mais, "ora, era o Brasil tão longe ! Quem lhe pediria retificação dos informes ? Quem, acaso, lh'os contestaria ?" (TAUNAY. 1920 b, 1:1).

Como fonte para o conhecimento do Brasil antigo, da fase colonial, as "CARTAS SOBRE A BAHIA" de Mrs. Kindersley merecem ser consultadas como os demais relatos do gênero, uma vez que "mesmo os mentirosos vulgares, cuja impostura é transparente, guardam algum interesse, têm alguma coisa a oferecer, contribuem com qualquer observação" (SODRÉ. 1960, 318).

BIBLIOGRAFIA

- CALDAS, José Antonio — Notícia Geral de toda esta Capitania da Bahia, desde o seu descobrimento até o presente ano de 1759. Ed. fac-símile, oficial, comemorativa do 4º centenário da cidade do Salvador. Tip. Beneditina Ltda., Salvador. Bahia. 1951.
- CANABRAVA, Alice P. — A grande propriedade rural. In: História Geral da Civilização Brasileira, São Paulo, Difusão Européia do Livro, Tomo I, vol. 2, 1963. Pág. 192-217.
- CARVALHO, Laerte Ramos de — A Educação e seus Métodos. In: Hist. Geral da Civ. Brasileira. São Paulo, D.E.L., Tomo I, vol. 2, 1963. Pág. 76 — 87.
- CASTRO E ALMEIDA, Eduardo de (Org.) — Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Archivo de Marinha e Ultramar de Lisboa. Organizado para a Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro. RJ, Imprensa Nacional, Tomo I, Bahia, (1613 — 1762), 1913.
- FAORO, Raimundo — Os Donos do Poder. Porto Alegre, Ed. Globo, 1958.
- GOULART, Maurício — O problema da mão-de-obra: o escravo africano. In: Hist. Geral da Civ. Brasileira. S. Paulo, D.E.L., Tomo I, vol. 2, 1963. P. 183 — 191.
- HANDELMAN, Henrique — História do Brasil. In: **Rev. do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, Tomo CVIII, 1931.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de — Raízes do Brasil. 9ª ed. R. de Janeiro, J. Olympio, 1976.
- KINDERSLEY, Mrs. Briefe — Leipzig, 1777.
- KINDERSLEY, Mrs. — Cartas sobre a Bahia (1764). “Um cimélio do Museu Paulista. A primeira viajante do Brasil. Trad. e advertência do Dr. Vicente de Souza Queirós. In: **Annaes do Museu Paulista**, Tomo I, 2ª parte, Documentação. Volume Commemorativo do 1º Centenário da Independência Nacional. São Paulo. Officinas do “Diário Official”. 1922. Pág. 11 — 28.
- LACOMBE, Américo Jacobina — A Igreja no Brasil Colonial. In: História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo, D.E.L., Tomo I, vol. 2, 1963. Pág. 51 — 75.

- LAVRADIO (2º Marquês do). Relatório do Vice-Rei do Rio de Janeiro (1779). In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro. Tomo IV, 1842. Pág. 409 – 486.
- MACHADO, Lourival Gomes – Política e Administração sob os últimos vice-reis. In: **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo, D.E.L., Tomo I, vol. 2, 1963. Pág. 355 – 379.
- MELLO E SOUSA, Antônio Cândido de – Letras e Idéias no Brasil Colonial. In: **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo, D.E.L., Tomo I, vol. 2, Pág. 91 – 105.
- MOUSNIER, Roland e Ernest Labrouse – O século XVIII. O último século do antigo Regime. In: **História Geral das Civilizações**. São Paulo, D.E.L., Tomo V, vol. 11, 1957.
- PRADO JÚNIOR, Caio – **História Econômica do Brasil**. 5ª ed. São Paulo, Editora Brasiliense, 1959.
- QUEIROZ, Suely Robbles Reis de – Brandura da escravidão brasileira: mito ou realidade? In: **Revista de História**. Número Jubilar Bis. São Paulo, Vol. III, Tomo II, nº 103, 1975. Pág. 443 – 482.
- REIS, Arthur Cezar Ferreira – A Inconfidência Baiana. In: **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo, D.E.L., Tomo I, vol. 2, 1963. Pág. 411 – 417.
- SODRÉ, Néelson Werneck – O que se deve ler para conhecer o Brasil. Rio de Janeiro, CBPE. INEP. MEC, 1960.
- SODRÉ, Néelson Werneck – **Formação Histórica do Brasil**. 5ª ed. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1968.
- TAUNAY, Affonso d'Escragolle. A primeira viajante do Brasil. In: **Correio Paulistano**, São Paulo. (a) 12/1/1920, pág. 1; (b) 15/1/1920, pág. 1.

UM PROFESSOR DE JUIZ DE FORA

Milton Duarte Segurado

Na Faculdade de Direito da Universidade Federal sediada na cidade natal de Murilo Mendes, Juiz de Fora, é titular de Direito Internacional Público e de Direitos Humanos Fundamentais o causídico e jurista, professor Almir de Oliveira, que também foi diretor daquela Faculdade.

Tomista, pronunciou em 1975 sintética e expressiva conferência sobre “A ética do advogado segundo Santo Tomás de Aquino e o Estatuto da OAB”, que podemos apreciar na revista da referida Faculdade, nº 7 do ano X, correspondente a junho de 1977. Felizes as Faculdades que têm revista ! Divulgam os trabalhos de seus professores, aumentando o seu patrimônio e podem exibir aos visitantes o seu cartão de visita.

Inúmeras conferências leu o Professor Almir, de que se fizeram separatas, tais como “Os manuscritos do Mar Morto”, “Rui Barbosa, homem público”, “O papel do advogado no mundo atual”, “Influências romanas na Idade Média”, além de outras possivelmente esgotadas.

Baseando-se nas obras de Millar Burrows, Charles Marston e Armando Rolla, interpreta Almir de Oliveira a significação extraordinária que têm os 111 rolos encontrados em cavernas, dentro de jarras, por um pastor. Foram examinados pelo carbono 14, traduzidos e interpretados. Em resumo, parecem provar que Jesus, assim como João Batista, foram essênios ou ebionitas; pregavam estes o reino de Deus para os pobres, tradição depois continuada pelos Qumrân e já apreendida pelo instinto premonitório de Renan. Em seu outro ensaio, destaca a influência romana na Idade Média, principalmente através do arco, do “precário”, e de “collegia” e “sodalitia” nas corporações de artes e ofícios. Analisa o conceito de Rui sobre a Federação, acrescentando ter sido esta “um artifício político sem raízes em nosso passado institucional”.

Amado a música, teve a felicidade, no que mais o invejo, de ouvir “Parsifal” em Bayreuth, contando-nos, em opúsculo claro e profundo. a sua reação diante da obra-prima wagneriana, o testamento artístico de Wagner que, em sua última ópera amalgamou cristianismo e budismo; pessimismo. fé e redenção: Redenção ao Redentor ! Nossos cumprimentos ao Professor Almir de Oliveira, de Juiz de Fora !

“EURÍPEDES SIMÕES DE PAULA E A CRIAÇÃO
DO CENTRO DE ESTUDOS JUDAICOS DA
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO”

A propósito do artigo com o título supra, do Professor Nachamn Falbel, que estampamos em nosso número 94, recebemos do Dr. Fritz Pinkuss a carta que, a seu pedido, transcrevemos:

“São Paulo, 7 de maio de 1979.

Ilustre Prof. Dr. Odilon Nogueira de Matos,

Cordiais Saudações.

Tomei conhecimento do número comemorativo sobre Eurípedes Simões de Paula (n.º 94), pelo que lhe expresse sinceras congratulações.

Permito-me, no intuito de manter-se a verdade histórica, propor a V. Sa. as seguintes retificações no relato do Prof. Nachman Falbel, nas páginas 42 em diante, o qual não é fiel por apresentar omissões:

– O saudoso Prof. Eurípedes, muito amigo meu, teve uma visão muito mais ampla do que escreve o relator.

– À iniciativa do então Diretor da Faculdade de Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, criaram-se **todos** os cursos de Orientais; foi graças à sua visão que eles foram reunidos no Departamento de Lingüística e Orientais, desde que já logo após a guerra tinham sido iniciados estudos de árabe (Prof. Dr. Nasser) e de hebraico (Prof. Dr. Fritz Pinkuss). Foi ele quem teve a visão de criar para todos os cursos orientais (e não somente para o hebraico) possibilidades para os respectivos Centros de Estudos.

– No que diz respeito ao Centro de Estudos Judaicos, foi o abaixo assinado quem reuniu seu grupo de intelectuais e, com este grupo, sob sua orientação e a de Eurípedes Simões de Paula foi aberto este Centro. O Centro funcionou a partir da sua criação sob a diretoria do abaixo assinado até a aposentadoria compulsória do mesmo, em 1975, quando o então Vice-Diretor Executivo se tornou o seu sucessor por mim nomeado. Durante os pri-

meiros anos houve entre alunos e ouvintes uma frequência de cerca de 1100 estudiosos, além das demais atividades acadêmicas. Para o bem da verdade e da justiça, pede-se um adendo ou retificação no próximo número desta excelente revista.

Grato pelo deferimento, com um abraço de

(a) Prof. Dr. Fritz Pinkuss.”

*

“RELIGIÃO, UMA CRIAÇÃO DA HUMANIDADE”

Ao publicar o livro com o título supra (Rio de Janeiro, 1978), teve o autor, Dr. Ruben Descartes de Garcia Paula, num gesto de alta probidade intelectual e honestidade de propósitos, a preocupação de endereçar a numerosas personalidades do mundo católico a quem o livro foi enviado, uma carta circular esclarecedora de seus objetivos e do espírito que os norteou. Tomando como moto a frase de São Jerônimo “Legant prius et postea despiciant” (“Leia primeiro e depois despreze”), assim foi redigida a carta circular que julgamos oportuno transcrever na íntegra:

Senhor

Preliminarmente, nestes tempos de simplificação das coisas, de que, em boa hora vinha dando exemplo (dentro da linha iniciada com o Concílio Vaticano II) o eminente e saudoso Papa João Paulo I, pedimos vênha para, embora reconheça em vós um alto dignitário da Igreja, vos tratar sem o formalismo da velha praxe. Assim, permiti que ao vos enviar o livro **Religião – Uma Criação da Humanidade**, se declare que o fazemos sem constrangimento apesar das divergências espirituais existentes entre nós; pois há, nem podia deixar de ser doutro modo, também convergências e, certamente, estas maiores do que aquelas, pois, como afirmava Augusto Comte, “todos os homens (sobretudo a partir da Renascença, permitimo-nos juntar) “são positivistas em graus diversos de evolução...” pensamento corroborado pelo filósofo francês Levy Bruhl nos seguintes termos: “Está o espírito comtiano ou positivo, de tal modo entrelaçado com o pensamento geral do nosso tempo

meiros anos houve entre alunos e ouvintes uma frequência de cerca de 1100 estudiosos, além das demais atividades acadêmicas. Para o bem da verdade e da justiça, pede-se um adendo ou retificação no próximo número desta excelente revista.

Grato pelo deferimento, com um abraço de

(a) Prof. Dr. Fritz Pinkuss.”

*

“RELIGIÃO, UMA CRIAÇÃO DA HUMANIDADE”

Ao publicar o livro com o título supra (Rio de Janeiro, 1978), teve o autor, Dr. Ruben Descartes de Garcia Paula, num gesto de alta probidade intelectual e honestidade de propósitos, a preocupação de endereçar a numerosas personalidades do mundo católico a quem o livro foi enviado, uma carta circular esclarecedora de seus objetivos e do espírito que os norteou. Tomando como moto a frase de São Jerônimo “Legant prius et postea despiciant” (“Leia primeiro e depois despreze”), assim foi redigida a carta circular que julgamos oportuno transcrever na íntegra:

Senhor

Preliminarmente, nestes tempos de simplificação das coisas, de que, em boa hora vinha dando exemplo (dentro da linha iniciada com o Concílio Vaticano II) o eminente e saudoso Papa João Paulo I, pedimos vênica para, embora reconheça em vós um alto dignitário da Igreja, vos tratar sem o formalismo da velha praxe. Assim, permiti que ao vos enviar o livro **Religião – Uma Criação da Humanidade**, se declare que o fazemos sem constrangimento apesar das divergências espirituais existentes entre nós; pois há, nem podia deixar de ser doutro modo, também convergências e, certamente, estas maiores do que aquelas, pois, como afirmava Augusto Comte, “todos os homens (sobretudo a partir da Renascença, permitimo-nos juntar) “são positivistas em graus diversos de evolução...” pensamento corroborado pelo filósofo francês Levy Bruhl nos seguintes termos: “Está o espírito comtiano ou positivo, de tal modo entrelaçado com o pensamento geral do nosso tempo

que quase não o sentimos, como não nos damos conta do ar que respiramos”.

É fato quase notório haver sido Comte o filósofo, não teológico, quem melhor, de modo mais intenso e extenso, apreciou e fez justiça ao Catolicismo; havendo sido ele — e isto inclusive no testemunho do ilustre Cardeal português M.G. Cerejeira, no seu livro **A IDADE MÉDIA** — quem, igualmente, apreciou com a maior elevação e justeza a Idade Média — os famosos mil anos, os quais, se para Michelet foram de noite (a noite de mil anos), para AC foram de muita luz... e justo, julgava ele, graças à sabedoria e aos esforços do sacerdócio católico e então (assunto desenvolvido no livro que estamos tendo a honra de vos oferecer).

Vós não encontrareis neste livro senão a verdade histórica, sociológica e filosófica à luz do método científico, dentro da realidade da evolução do pensamento e do entendimento humanos. O que se propôs o autor foi, feita uma análise, uma interpretação da discórdia, da confusão e do caos espirituais, seguidos da contestação que, urbi et orbe, lavram no seio das religiões tradicionais; diante do terrível impasse moral e social em que se encontra a família humana, sugerir uma saída... Permitti assinalar que o propalado atual crescimento da fé: templos, lugares de peregrinação, terreiros, etc. sempre cheios de fiéis, nos quais e dos quais (fiéis), a maioria está-se revezando, em confuso sincretismo, o que denotam é, de um lado, falta de convicções religiosas; de outro, insegurança social... Tudo isto está aí escondendo uma grave falha, um grande mal; estar o coração do homem vazio de amor (convicções sérias e fortes) (vede, a este propósito, em nota 42, pág. 101 — 2, do livro em questão, opiniões de G. Corção e de D. Sebastião Leme). Não está sendo a mesma falta de amor que sugere o macabro quadro universal de arbitrariedades, de violência e da multiforme miséria, etc. ? Sim, o que vale a fé sem amor ? proclamou o excelso São Paulo: “... E quando mesmo eu tivesse o dom de profecia, e que conhecesse todos os mistérios da ciência de todas as coisas: e quando mesmo eu tivesse toda a fé até o ponto de

transportar montanhas, se não tenho a caridade (amor ao próximo, e amor é servir, permita-se juntar) não sou nada. Epist. aos Coríntios, 13,2 .

Sincera e respeitosamente.

(a.) R. Descartes de Garcia Paula

R. Macedo Sobrinho, 63 – Botafogo

Rio de Janeiro – RJ

CEP. 22.281

*

* * *

REGISTRO BIBLIOGRÁFICO

Livros recebidos, a serem noticiados mais circunstanciadamente nos próximos números desta publicação:

Abreu, Hugo – O outro lado do poder. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1979. 208 págs. Coleção “Brasil, século XX”.

Carvalho, José Murilo de – A Escola de Minas de Ouro Preto. São Paulo, Editora Nacional, 1978. 178 págs.

Castro, Terezinha de – Rumo à Antártica. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1976. 156 págs.

Cerqueira Filho, Gisálio – A influência das idéias socialistas no pensamento político brasileiro, 1890/1922. São Paulo, Loyola, 1978. 92 págs.

Chaunç, Pierre – Expansão européia do século XIII ao XV. São Paulo, Pioneira, 1978. Trad. de José Carlos de Souza Araújo. Coleção “Nova Clío”: Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais.

Deutsch, Karl – Análise das relações internacionais. Trad. de Alcides Gastão Rosdand Prates. Brasília, Editora da Universidade, 1978. 263 págs. Coleção “Pensamento político”.

transpor montanhas, se não tenho a caridade (amor ao próximo, e amor é servir, permita-se juntar) não sou nada. Epist. aos Coríntios, 13,2 .

Sincera e respeitosamente.

(a) R. Descartes de Garcia Paula

R. Macedo Sobrinho, 63 — Botafogo
Rio de Janeiro — RJ
CEP. 22.281

*
* *
*

REGISTRO BIBLIOGRÁFICO

Livros recebidos, a serem noticiados mais circunstanciadamente nos próximos números desta publicação:

Abreu, Hugo — O outro lado do poder. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1979. 208 págs. Coleção “Brasil, século XX”.

Carvalho, José Murilo de — A Escola de Minas de Ouro Preto. São Paulo, Editora Nacional, 1978. 178 págs.

Castro, Terezinha de — Rumo à Antártica. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1976. 156 págs.

Cerqueira Filho, Gisálio — A influência das idéias socialistas no pensamento político brasileiro, 1890/1922. São Paulo, Loyola, 1978. 92 págs.

Chaunu, Pierre — Expansão européia do século XIII ao XV. São Paulo, Pioneira, 1978. Trad. de José Carlos de Souza Araújo. Coleção “Nova Clío”: Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais.

Deutsch, Karl — Análise das relações internacionais. Trad. de Alcides Gastão Rosdand Prates. Brasília, Editora da Universidade, 1978. 263 págs. Coleção “Pensamento político”.

- Diálogos das Grandezas do Brasil — Pref. de Afrânio Peixoto; introd. de Capistrano de Abreu; notas de Rodolfo Garcia. São Paulo, Melhoramentos, 1977. 276 págs. Coleção “Memória Leterária”.
- Federici, Hílton — Atas da Câmara Municipal de Cruzeiro, volume I, tomo A. Edição da Câmara Municipal de Cruzeiro, 1979. 262 págs.
- Janotti, Maria de Lourdes M. — João Francisco Lisboa, jornalista e historiador. São Paulo, Ática, 1977. 254 págs. Coleção “Ensaio”, vol. 31.
- Lefebvre, Georges — O Grande Medo de 1789: os camponeses e a Revolução Francesa. Trad. de Carlos Eduardo de Castro Leal; pref. de Francisco José Calazans Falcon. Rio de Janeiro, Campus, 1979. 202 págs. Coleção “Contribuições em Ciências Sociais”, vol. 2.
- Leite, Beatriz Westin de Cerqueira — O Senado nos anos finais do Império. Intr. de Antônia Fernanda Pacca de Almeida Wright. Brasília, Senado Federal, em co-edição com a Universidade de Brasília, 1978. 260 págs. Coleção “Bernardo Pereira de Vasconcelos”, vol. 2.
- Leitmann, Spencer — Raízes sócio-econômicas da Guerra dos Farrapos: um capítulo da história do Brasil no século XIX. Trad. de Sarita Linhares Barsted. Rio de Janeiro, Graal, 1979. 196 págs. “Biblioteca de História”, vol. 4.
- Mantran, Robert — Expansão muçulmana: séculos VII — XI. Trad. de Trude von Laschan Solstein. São Paulo, Pioneira, 1977. 266 págs. “Biblioteca Pioneira de Estudos Sociais”, série “Nova Clío”.
- Mariano, Júlio — Badulaques. São Paulo, Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979. 80 págs. Coleção Ciências Humanas, vol. 7
- Montenegro, João Alfredo de Sousa — O liberalismo radical de Frei Caneca. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1978. 216 págs.
- Nunes, Maria Thetis — História de Sergipe, a partir de 1820. 1º volume: 1820/1831. Rio de Janeiro, Cátedra, 1978. 200 págs.
- Oliveira, Almir de — O “Parsifal”, de Wagner. Juiz de Fora, 1977. 72 págs.

- Pang, Eul Soo – O Engenho Central do Bom Jardim na economia baiana: alguns aspectos de sua história, 1875/1891. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1979. 318 págs.
- Patton, Gen. George S. – A guerra que eu vi. Trad. do Cel. Alvaro Galvão. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1979. 350 págs.
- Rodrigues, Olao – História da Imprensa de Santos. Santos, 1979. 290 págs.
- Ruy, Afonso – A primeira revolução social brasileira. São Paulo, Editora Nacional, 1978. 162 págs. Col. “Brasileira”, vol. 217.
- Santos, Wanderley Guilherme dos – Cidadania e Justiça. Rio de Janeiro, Campus, 1979. 138 págs. “Contribuições em Ciências Sociais”, vol. 1
- Silva, Maria Beatriz Nizza da – A Primeira Gazeta da Bahia: “Idade d’Ouro do Brasil”. São Paulo, Cultrix, 1978. 208 págs. Coleção “Brasil através dos textos”, vol. 1
- Silveira, Rosa Maria Godoy – Republicanismo e Federalismo: um estudo da implantação da República no Brasil. Brasília, Senado Federal/Univ. de Brasília, 1978. 204 págs. Coleção “Bernardo Pereira de Vasconcelos”, vol. 4.
- Siqueira, Sônia A. – A Inquisição portuguesa e a sociedade colonial. São Paulo, Ática, 1978. 396 págs. Coleção “Ensaio”, vol. 56.
- Vasconcelos, Bernardo Pereira de – Manifesto político e Exposição de Princípios. Pref. Petrônio Portela. Brasília, Senado Federal/Univ. de Brasília, 1978. 245 págs. Coleção “Bernardo Pereira de Vasconcelos”, vol. 1.
- Vasconcelos, Zacarias de Góis e – Da natureza e limites do Poder Moderador. Intr. de Pedro Calmon. Brasília, Senado Federal/Univ. de Brasília, 1978. 206 págs. Coleção “Bernardo Pereira de Vasconcelos”, vol. 3.
- Villas-Boas, Pedro – Notas de bibliografia sul-riograndense: autores. Porto Alegre, A Nação/Instituto Estadual do Livro, 1974. 615 págs.
- Wernet, Augustin – Sociedades políticas, 1831/32. São Paulo, Cultrix, 1978. 152 págs. Coleção “Brasil através dos textos”, vol. 2.
- Wright, Antônia Fernanda P. de Almeida – Desafio americano à preponderância britânica no Brasil, 1808/1850. São Paulo, Editora Nacional, 1978. 278 págs. Coleção “Brasileira”, vol. 367.

PERIÓDICOS

Anais do Museu Histórico Nacional, vols. 25 e 26. Rio de Janeiro, 1974/1975.

Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, vols. 1 e 2. Porto Alegre, 1977/1978.

Anuário do Museu Imperial, vols. 34/35. Petrópolis, 1977.

Boletim de Geografia Teorética, vol. 8, nº 16. Rio Claro, 1978.

Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, vols. 31, 32, 33, 35 e 36, Curitiba, 1976/79.

Faculdade: revista do Instituto Alberto Mesquita de Camargo, nºs 2 e 3. São Paulo, 1978/79.

Reflexão: Revista do Instituto de Filosofia e Teologia, vol. 3, nºs 11/12. Campinas, 1978.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 319. Rio de Janeiro, abril/junho 1978.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, tomos 111/112 Cuiabá, 1979.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, nº 27. Aracaju, 1978.

*
* *
*

MEMÓRIA CAMPINEIRA (6)

A VILA INDUSTRIAL NO COMEÇO DO SÉCULO

Para a evocação do passado de nossa cidade no presente número, tomamos emprestado a Benedito Barbosa Pupo, de seu livro **8 bananas por um tostão**, o capítulo "A Geografia de meu bairro", que constitui excelente e pitoresca reconstituição da **Vila Industrial** na segunda década deste século:

PERIÓDICOS

Anais do Museu Histórico Nacional, vols. 25 e 26. Rio de Janeiro, 1974/1975.

Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, vols. 1 e 2. Porto Alegre, 1977/1978.

Anuário do Museu Imperial, vols. 34/35. Petrópolis, 1977.

Boletim de Geografia Teorética, vol. 8, nº 16. Rio Claro, 1978.

Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, vols. 31, 32, 33, 35 e 36, Curitiba, 1976/79.

Faculdade: revista do Instituto Alberto Mesquita de Camargo, nºs 2 e 3. São Paulo, 1978/79.

Reflexão: Revista do Instituto de Filosofia e Teologia, vol. 3, nºs 11/12. Campinas, 1978.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 319. Rio de Janeiro, abril/junho 1978.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, tomos 111/112 Cuiabá, 1979.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, nº 27. Aracaju, 1978.

*
* *
*

MEMÓRIA CAMPINEIRA (6)

A VILA INDUSTRIAL NO COMEÇO DO SÉCULO

Para a evocação do passado de nossa cidade no presente número, tomamos emprestado a Benedito Barbosa Pupo, de seu livro **8 bananas por um tostão**, o capítulo “A Geografia de meu bairro”, que constitui excelente e pitoresca reconstituição da **Vila Industrial** na segunda década deste século:

Ao voltar os olhos da imaginação para os meus primeiros anos de vida, o que surge na minha mente é o pátio do Leprosário administrado por meu avô, nas proximidades do Piçarrão, com a casa onde nasci, a Igreja de São Lázaro e os prédios destinados aos doentes. O bairro da Vila Industrial, em que morei a maior parte de minha infância, vem-me à memória, mais nitidamente. Até onde a memória me leva, reconstituo em meu espírito a Vila Industrial, o “Bairro dos Bucheiros”, como era chamada, surgindo diante de mim aquela “vila” de duas ruas compridas — Sales de Oliveira e Francisco Teodoro —, ligadas por pequenas ruas que iam da cerca de arame da **Paulista**, nesta última, até a primeira, que era a grande artéria do bairro, além da Avenida João Jorge, via de acesso à cidade. Tenho a impressão de que havia duas “vilas”, a nossa, que ia mais ou menos até a Rua Antônio Manuel, e a outra, dali em diante, cuja ligação com a cidade era feita pela Rua Pereira Lima. Havia certa rivalidade entre as duas “nações”, acentuando-se essa rivalidade por ocasião das disputas futebolísticas entre o Ipiranga F. C. e o Vila Industrial F. C., o primeiro do lado de cá e o segundo do lado de lá... Uma terceira ligação com a cidade, era a que se fazia transpondo o leito da **Paulista**, junto à máquina Piconi, onde hoje há um pequeno túnel. O túnel ligando a Rua Antônio Manuel à Rua Lidgerwood ainda não existia.

A Avenida João Jorge ia da Porteira do Capivara até a venda do “seu” Bernardo, situada no local em que se acha hoje a Agro Cam, proximidades do quartel do 8º B. P. Dali, ela prosseguia na forma de estrada, que se bifurcava, indo um ramo, o da direita, para o Piçarrão, e o outro, o principal, para Itu. O local onde agora se implantou o Parque Itália e o Hotel Vila Rica era conhecido como o “Pasto da Viúva”. Essa designação provinha do fato de o terreno pertencer à viúva Mota, Dª Ernestina. À esquerda da estrada, havia o campo de futebol do Ipiranga, bem junto ao Hospital de Variolosos, que ficava dentro de um quadrilátero cercado por bambus de grosso calibre, formando uma cerca impenetrável. A Vila de São Vicente de Paulo era constituída do grupo de casinhas, numa das quais para o lado da Rua Maria Soares funcionava a capela, que também era utilizada para as aulas de Dª Henriqueta de Carvalho, minha primeira professora. Só alguns anos mais tarde, as portas dessas casinhas, que davam para as ruas, foram transformadas em janelas, e o cerco do terreno em cujo centro se construiu a atual capela e a casa das irmãs de caridade, foi completado, para que o acesso às habitações fosse feito unicamente pelo portão da Rua Sales de Oliveira.

A Rua Francisco Teodoro prolongava-se ainda além da Rua Antônio Manuel, tendo casas só de um lado. Desde ponto em diante, entretanto, não havia mais casas. Do lado esquerdo de quem ia da Avenida para o pátio das oficinas da **Mogiana**, onde terminava, encontrava-se a fundição dessa ferrovia e, do outro, o pátio ferroviário da estação de Campinas. Depois de transposta a fun-

dição, a Rua Francisco Teodoro tinha trilhos, de um lado e do outro. Posteriormente, ela própria foi transformada, com a construção do túnel, em leito ferroviário para manobras. Naquele tempo não havia ainda o muro, mas sim uma cerca de arame, o que permitia uma visão ampla do pátio da estrada de ferro. Dessa cerca, a distância, assisti a parte dos funerais de Francisco Glicério.

A Sales de Oliveira, desde a Avenida João Jorge até a Rua Pereira Lima, tinha trilhos da **Tração**, por onde circulavam dois bondes, um em cada sentido, de vinte em vinte minutos cada um. Isso depois de um período em que o bonde chegava apenas até próximo ao Jardim Correia de Lemos e retornava para a cidade. Nela se localizava o “Depósito”, como era conhecido, mas que não era propriamente um depósito, mas apenas o ponto de estacionamento do bondinho, tracionado por muares na vinda do Matadouro, mas que descia por gravidade, vazio. O bondinho chegava à tarde trazendo o resultado da matança do dia que, imediatamente, era passado para o carroção fechado, também puxado a burros, distribuidor da carne aos açougues. Nesses caminhões lia-se “Carne Verde”, o que me deixava encabulado, porque eu não podia atinar a razão de a carne, sendo vermelha, pudesse ser chamada de “verde”...

Em frente ao jardim havia a entrada para o Curtume Campineiro e, logo adiante, a casa da família Rafael Pisani, que tinha ao lado uma extensa faixa de terreno ocupada por um grande parreiral. Logo a seguir, após o prolongamento da Rua Prudente de Moraes, que era a estrada para o Matadouro e para o Hospital de Morféticos, ficava a chácara Patton. Cerca de cem metros além, terminava a nossa “Vila”, pois além da Rua Antônio Manuel a “nação” era outra, a dos “Bucheiros” propriamente dita, porque o termo era aplicado a nós por extensão... À esquerda, descendo-se uma ladeira, ia-se ter ao local onde um cidadão de sobrenome Discola manipulava vísceras, rabadas, mocotós, línguas, etc..., para fornecimento à população, fazendo a distribuição desses artigos em carrinhos, puxados por um muar, cuja presença na rua era anunciada por um toque prolongado de buzina feita de chifre, daquelas que os vaqueiros chamam de “berrante”.

Do Jardim Correia de Lemos, já mencionei alguma coisa. Esqueci-me, porém, de referir-me ao grande tanque circular que havia no seu centro, no qual a molecada tomava banho, quando o **Manelis** lá não estava. O Manelis era o português que tomava conta do jardim, era o jardineiro. Não sei se o seu nome verdadeiro era esse, porque naquele tempo, para a turma da rua, todo português que usasse tamancos, jaleco de veludo e falasse à “moda do Reino”, tinha que se chamar Manelis...

Em 1919, algumas escavações foram feitas pela empresa de águas e esgotos para a colocação de encanamentos. Vi retirarem da terra, na Rua São Carlos, ossadas humanas. Ali, antes da abertura do cemitério do Fundão

(atual da “Saudade”), servira para sepultamentos, também. Quando passo pela Praça Correia de Lemos, lembro-me dos companheiros com quem me reunia nela. Do pessoal, que nela morava. Uma cousa não posso compreender: por que a praça não ocupa a quadra toda, indo até a Francisco Teodoro ?

Na Rua São Carlos, onde residi antes de mudar-me para a Avenida e, posteriormente, para a Sales de Oliveira, bem na Praça, morava uma menina, que no futuro seria grande pianista: Estelinha Epstein. Foi em 1919, creio, que conheci o futuro pintor Salvador Caruso e o futuro comerciante Argemiro Andreolli. Conheci também o homem de letras que foi Victor Caruso e o editor de um semanário, Florêncio Caruso, que residia no sobrado da esquina de São Carlos com Sales de Oliveira. O semanário era o órgão dos ferroviários da Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Foi nas oficinas desse semanário, instaladas no andar térreo do sobrado, que o Salvador e o Argemiro compuseram e imprimiram um jornalzinho infantil chamado **A Gazetinha**, que só circulou uma vez... Colaborei com eles nesse jornalzinho.

Lembro-me de alguns nomes que alguns anos mais tarde estive-ram em evidência no Brasil. Um deles foi o Hugo Borghi, que fez carreira política. Outro, o Benedito Moreira Lopes, o “Toio”, grande automobilista, várias vezes campeão, sem contar Estelinha e Salvador Caruso, já mencionados. O Mário Monteiro, maestro e também compositor, ao que parece, era da Vila.

Ia-me esquecendo de mencionar um edifício importante, o da “Imigração”, como era conhecido. Quando o conheci, pertencia à **Mogiana**, em cujos terrenos se localizava. Nele morava o “seu” Lulu Monteiro com a família. “Seu” Lulu era chefe de um dos setores das oficinas da **Mogiana**. Creio que foi ali que nasceu o maestro Mário Monteiro.

Se estivesse fazendo um trabalho sistemático de Geografia, de acordo com a sua metodologia, deveria ter apresentado uma descrição dos aspectos físicos da Vila Industrial, a morfologia do sítio por ela ocupado. Como, entretanto, não tenho tal preocupação, tratei primeiramente da paisagem humanizada, isto é, daquela parte em que a Natureza foi trabalhada pelo homem, modificada em seus aspectos naturais. A parte da Vila, que conheci já urbanizada, compreendia uma faixa comprida, que se estendia ao lado da via férrea da **Paulista**, cortada pela Avenida João Jorge, já descrita. O terreno nesta parte é plano. Ao lado dessa faixa urbanizada, estendia-se outra ainda com muitos claros, ainda não ocupada pelo homem na sua totalidade. Era uma faixa acidentada, cheia de depressões, as nossas conhecidas barrocas, onde íamos caçar lagartos, na qual se localizavam os curtumes: Campineiro, na nossa zona, e Cantusio e Firmino Costa, na outra. Hoje essa faixa está quase totalmente povoada, nela se achando a Igreja de São José, matriz da paróquia da Vila Industrial, sob os cuidados de uma congregação de padres holandeses.

Eis aí, em rápidas linhas, numa visão em “vão de pássaro”, a Vila Industrial, que conheci no meu tempo de criança. Terei feito um retrato de meu bairro com exatidão? Não sei. Recorrendo à memória, procurei recompor a Vila de outros tempos, com os aspectos que consegui recordar. É possível que não seja, para os amigos da objetividade, um retrato fiel, científico, mas essa é a maneira pela qual eu vejo a “Vila” dos idos tempos de 1910 a 1920, uma vila pacata, sem o tumulto e a trepidação de hoje.

(8 bananas por um tostão, págs. 33/36. Campinas, 1976).

*

* *

TRANSCRIÇÃO

POSIÇÃO DO BRASIL FACE À ANTÁRTICA

Therezinha de Castro

O Brasil não possui nenhuma revista ou publicação especializada em assuntos antárticos, muito embora esses estudos tenham seus cultores no país e venham sendo seus artigos divulgados em publicações militares, preferentemente, entre as quais a Revista do Clube Militar, Revista MAR (do Clube Naval), Defesa Nacional (do Ministério do Exército), Cultura Militar e Boletim de Informações (ambos do Estado Maior do Exército), etc.

Participou o Brasil do AGI (Ano Geofísico Internacional) através de sua Marinha de Guerra, mas não foi admitido na Conferência de Washington de 1959, sob a alegação de não haver enviado nenhuma expedição científica ao continente antártico. Protestou o Brasil em Nota Verbal de nº 94, datada de 30 de julho de 1958, terminando esse documento cujo responsável foi o Chanceler José Carlos de Macedo Soares, e enviado à Embaixada dos Estados Unidos no Rio de Janeiro, por declarar que: “O Brasil ante o imperativo de proteger a sua segurança nacional, reservar-se-á o direito de livre acesso à Antártica, assim como o de apresentar as reivindicações que possa vir a julgar necessárias”.

No momento em que era divulgado o Tratado da Antártica (1960), publicava o IBGE, órgão ligado então diretamente à Presidência da República, no Atlas de Relações Internacionais, o primeiro mapa da Antártica

Eis aí, em rápidas linhas, numa visão em “vão de pássaro”, a Vila Industrial, que conheci no meu tempo de criança. Terei feito um retrato de meu bairro com exatidão ? Não sei. Recorrendo à memória, procurei recompor a Vila de outros tempos, com os aspectos que consegui recordar. É possível que não seja, para os amigos da objetividade, um retrato fiel, científico, mas essa é a maneira pela qual eu vejo a “Vila” dos idos tempos de 1910 a 1920, uma vila pacata, sem o tumulto e a trepidação de hoje.

(8 bananas por um tostão, págs. 33/36. Campinas, 1976).

*

* *

TRANSCRIÇÃO

POSIÇÃO DO BRASIL FACE À ANTÁRTICA

Therezinha de Castro

O Brasil não possui nenhuma revista ou publicação especializada em assuntos antárticos, muito embora esses estudos tenham seus cultores no país e venham sendo seus artigos divulgados em publicações militares, preferentemente, entre as quais a Revista do Clube Militar, Revista MAR (do Clube Naval), Defesa Nacional (do Ministério do Exército), Cultura Militar e Boletim de Informações (ambos do Estado Maior do Exército), etc.

Participou o Brasil do AGI (Ano Geofísico Internacional) através de sua Marinha de Guerra, mas não foi admitido na Conferência de Washington de 1959, sob a alegação de não haver enviado nenhuma expedição científica ao continente antártico. Protestou o Brasil em Nota Verbal de nº 94, datada de 30 de julho de 1958, terminando esse documento cujo responsável foi o Chanceler José Carlos de Macedo Soares, e enviado à Embaixada dos Estados Unidos no Rio de Janeiro, por declarar que: “O Brasil ante o imperativo de proteger a sua segurança nacional, reservar-se-á o direito de livre acesso à Antártica, assim como o de apresentar as reivindicações que possa vir a julgar necessárias”.

No momento em que era divulgado o Tratado da Antártica (1960), publicava o IBGE, órgão ligado então diretamente à Presidência da República, no Atlas de Relações Internacionais, o primeiro mapa da Antártica

Americana dividida por setores de acordo com o critério da confrontação, no qual, além do território brasileiro delimitado pelos meridianos de Martim Vaz e arroio Chuí, figuravam também os defrontantes com o Uruguai, Argentina, Chile, Peru e Equador. O mesmo mapa já publicado na página 70 da Revista do Clube Militar (ano XXX, nº 146 – 1957), figurava outra vez na página 95 do **Atlás Histórico Escolar**, do Ministério da Educação (5ª edição, 1969).

Logo em seguida, o Deputado Eurípides Cardoso de Menezes ventilava a questão da Antártica no Legislativo, em discurso que pronunciou perante o Congresso Nacional a 28 de novembro de 1970; em sua fala, conclui o referido deputado: “Insistiremos, pois, enquanto não nos convençam de laborarmos em erro: sendo como é praticamente impossível a solução pacífica da questão da propriedade de terras na Antártica, a não ser que se adote o critério da defrontação, aceito já por outras nações no polo Sul, por que não levantaremos a questão juntamente com as outras nações sul-americanas? Por que não faremos também a nossa legítima reivindicação?”

O assunto amplamente divulgado pela imprensa brasileira passava para o domínio público, o Deputado Eurípides Cardoso de Menezes transformava em sua bandeira a questão da Antártica, proferindo outro discurso, desta feita muito mais amplo e documentado, na sessão da Câmara de 23 de abril de 1971. Várias vezes aparteado por parlamentares tanto do MDB quanto da ARENA que sempre lhe hipotecaram irrestrito apoio, o Deputado trouxe à baila, nesse seu discurso, a resposta oficial do Itamarati, datada de 29 de maio de 1964, a uma interpelação da Câmara dos Deputados, na qual reforçava a nota de 1958, justificava as suas pretensões e ressaltava os seus direitos no continente austral. Terminava o seu discurso em verdadeiro apelo: “O Brasil precisa fazer alguma coisa, ao menos, uma declaração a todas as nações a respeito dos seus direitos e interesses no Continente Antártico, cuja propriedade é hoje reivindicada por catorze nações que lá se encontram. E o Brasil está ausente”.

Coube ao líder do Governo, Deputado Cantídio Sampaio, responder a Eurípides Cardoso de Menezes para informar-lhe entre outras coisas o seguinte: “É mister, realmente, que, a despeito desse afã a que se entrega o Governo Brasileiro no sentido de responder ativamente aos desafios seculares que pendem da pauta de trabalho de nossas sucessivas administrações, a despeito do seu acendrado esforço a fim de ocupar, em nossa Pátria, os espaços vazios, secularmente abandonados, e de explorar as nossas riquezas potenciais que jazem há quatro séculos neste estado de virtualidade, seja ele alertado para outros desafios, que, uma vez respondidos com a prontidão que a importância do assunto está a exigir, irão auxiliar precipuamente o objetivo estratégico do Brasil deste grande Governo de, em 10 anos, ou seja, até 1980, situar o Brasil entre as nações desenvolvidas do Universo”.

No ano seguinte (1972) passava o Deputado Eurípides Cardoso de Menezes a ser estágio da Escola Superior de Guerra onde a 16 de maio divulgava a sua conferência-tese intitulada **Antártica: interesses nacionais**; consta o trabalho de 85 páginas incluindo-se mapas, bibliografia (inclusive brasileira) e a parte documental, publicada pela ESG e, posteriormente, pelo Congresso Brasileiro.

Despedindo-se de sua vida parlamentar, a 28 de novembro de 1974 (coincidentemente quatro anos após o seu primeiro discurso sobre a Antártica), em sua “fala de alerta”, Eurípides Cardoso de Menezes apelava para a atenção dos nossos economistas, militares e diplomatas. Já era tempo de “acharmos” a Antártica. Seis meses depois, a 16 de maio de 1975 (coincidentemente três anos após a conferência-tese do parlamentar na ESG), o Brasil, por intermédio do Chanceler Azeredo da Silveira, aderiu ao **Tratado da Antártica**.

O documento de adesão brasileira foi entregue ao Governo dos Estados Unidos, o país depositário do Tratado, destacando cinco princípios fundamentais para a tomada de decisão:

A — O Brasil considera que o **Tratado da Antártica** constitui o único diploma legal para o continente antártico, sendo instrumento jurídico válido e aceito para todos os Estados-Membros que dele são partes; a esse respeito, considera, também o Governo Brasileiro que todos os Estados que desenvolvem atividades na Antártica devem estar ligados pelas mesmas normas jurídicas;

B — O referido Tratado veio consagrar princípios e normas positivas, com repercussões para toda a comunidade internacional, a saber: o uso da Antártica para fins exclusivamente pacíficos e o amplo sistema de inspeção ali previsto para assegurar a observância dos citados objetivos, a liberdade de pesquisa e as facilidades para a pesquisa científica na região e a proibição de explosões nucleares e de alijamento de material ou resíduos radioativos na área;

C — O Governo Brasileiro empresta a maior relevância aos trabalhos realizados no Continente Austral e ao mecanismo decisório previsto no Tratado, no qual deverá prevalecer, a juízo do Governo Brasileiro, o princípio de igualdade entre todos os seus signatários;

D — O Brasil, em virtude de possuir a mais extensa costa marítima no Atlântico-Sul, costa essa em sua maior parte devassada pelo Continente Austral, tem interesses diretos e substanciais na Antártica;

E — A propósito da significação particular da Antártica, caberia acentuar que o seu reconhecimento determinou a inclusão de parte do território antártico na zona descrita pelo artigo 4º do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, sendo, portanto, o Brasil co-responsável pela defesa da região.

Em linhas gerais, a adesão brasileira ao **Tratado da Antártica** se justifica por finalidades pacíficas, mas não afasta o Brasil do critério da defrontação numa possível partilha, o que vem implícito no fato de possuímos “a mais extensa costa marítima no Atlântico-Sul” e sermos co-responsáveis por sua defesa, bem como pela do continente antártico em sua parte americana, como signatários do TIAR. Finalmente, deixa bem claro que não aderimos ao Tratado da Antártica como uma possível nação secundária; assim, as decisões a serem tomadas com relação ao continente austral não se deverão cingir aos doze signatários iniciais. Propugna o Brasil pela adoção do sistema de igualdade entre todos os signatários para que não se estabeleça no chamado Clube da Antártica o sistema de veto tão antidemocrático da ONU.

Começamos por oficializar nossa posição na Antártica, e depois devemos assegurar nossa presença na preciosa região. Muito já se descobriu, mas... é irrisório o que ainda se deixou escapar. Lembremo-nos, sobretudo, de que na África e no próprio Ártico prevaleceu, de início, o interesse científico... depois surgiram os “herdeiros”, e a partilha se concretizou. Depois da exploração científica, a exploração econômica e, em certas conjunturas, a importância geopolítica e geoestratégica. O momento se impõe a nossos cientistas, e não só a eles, mas também aos nossos economistas, diplomatas e militares.

(**Rumo à Antártica**, págs. 110/114. Rio de Janeiro, Livraria Freitas Bastos, 1976).

*

* *

TEXTOS

(Sugestões para seminários)

POPULAÇÕES INDÍGENAS DO RIO GRANDE DO SUL

(Nicolau Dreys, 1839)

Das cinco nações indígenas que entre si repartiam o território da província do Rio Grande, no tempo da colonização, hoje não se depara senão com os **Guaranis**, confinados na extensão do antigo país das **Missões**, que já descrevemos.

Os **Patos** desapareceram, não deixando de si senão o nome que comunicaram à grande lagoa no redor da qual habitavam.

Em linhas gerais, a adesão brasileira ao **Tratado da Antártica** se justifica por finalidades pacíficas, mas não afasta o Brasil do critério da defrontação numa possível partilha, o que vem implícito no fato de possuímos “a mais extensa costa marítima no Atlântico-Sul” e sermos co-responsáveis por sua defesa, bem como pela do continente antártico em sua parte americana, como signatários do TIAR. Finalmente, deixa bem claro que não aderimos ao Tratado da Antártica como uma possível nação secundária; assim, as decisões a serem tomadas com relação ao continente austral não se deverão cingir aos doze signatários iniciais. Propugna o Brasil pela adoção do sistema de igualdade entre todos os signatários para que não se estabeleça no chamado Clube da Antártica o sistema de veto tão antidemocrático da ONU.

Começamos por oficializar nossa posição na Antártica, e depois devemos assegurar nossa presença na preciosa região. Muito já se descobriu, mas... é irrisório o que ainda se deixou escapar. Lembremo-nos, sobretudo, de que na África e no próprio Ártico prevaleceu, de início, o interesse científico... depois surgiram os “herdeiros”, e a partilha se concretizou. Depois da exploração científica, a exploração econômica e, em certas conjunturas, a importância geopolítica e geoestratégica. O momento se impõe a nossos cientistas, e não só a eles, mas também aos nossos economistas, diplomatas e militares.

(**Rumo à Antártica**, págs. 110/114. Rio de Janeiro, Livraria Freitas Bastos, 1976).

*
* * *

TEXTOS

(Sugestões para seminários)

POPULAÇÕES INDÍGENAS DO RIO GRANDE DO SUL

(Nicolau Dreys, 1839)

Das cinco nações indígenas que entre si repartiam o território da província do Rio Grande, no tempo da colonização, hoje não se depara senão com os **Guaranis**, confinados na extensão do antigo país das **Missões**, que já descrevemos.

Os **Patos** desapareceram, não deixando de si senão o nome que comunicaram à grande lagoa no redor da qual habitavam.

Os **Xarruas** que ocupavam o Sul da província desde a vizinhança da Lagoa Mirim até o Rio da Prata; os **Minuanos**, em cujo poder estava o terreno de O. até as margens do Uruguai, acabaram nas fileiras de Artigas, em favor do qual tinham pegado em armas; os diminutos restos daquelas duas nações passaram o Uruguai e se estabeleceram no país de Entre Rios; todavia, alguns indivíduos talvez ficassem nos domínios de seus antepassados, incorporados com a população local.

Os **Guaianás** que freqüentavam os campos da Vacaria, acima da serra, ainda existem nas mesmas paragens, escondidos nos extensos matos da vizinhança, onde saem inopinadamente para hostilizar os brancos, como já o fizemos ver no decurso de nossas descrições.

A nação **guarani** mesma não é representada ali senão por uma subdivisão a que os primeiros exploradores deram o nome de **Tapes**, e essa mesma tribo dos Tapes, que com o tempo deixou substituir seu nome particular pelo apelido genérico, não existe hoje senão reduzida a uma fração de pouca importância em comparação de sua existência anterior, pois os povos indígenas, pertencendo à grande confederação guarani, cobriam antigamente a parte oriental da América do Sul, até o Amazonas ao N. e até a embocadura do Madeira, a O., seguindo no interior uma linha que, do Rio da Prata, procurava as águas do Amazonas, passando pelas nascentes do Paraguai e atravessando a serra transversal que liga as duas cordilheiras do Brasil e do Peru.

Foi nesse estado que os acharam os padres da companhia, quando se introduziram entre eles para chamá-los à civilização pela comunicação dos dogmas do Cristianismo; os cuidados desses ativos missionários foram coroados de tantos sucessos, que, desde 1634, trinta e uma Missões, mais ou menos povoadas, das quais faziam parte as sete Missões que ainda sobrevivem desfiguradas na margem esquerda do Uruguai, cobriam já o terreno banhado por este último rio e o território atravessado pelo Paraná, entre o Uruguai e o Paraguai. Um cálculo, fundado em documentos, eleva o número dos índios então reunidos nessas **Missões**, de 150 000 a 200 000 almas; Guthrie é manifestamente exagerado quando supõe a população das Missões composta, nesse tempo, de 340 000 famílias, o que inculcaria um total exorbitante de 1 360 000 pessoas.

Na época da expulsão dos jesuítas, essa grande agregação, formada por suas exortações e mantida pela confiança que souberam inspirar aos indígenas, dissolveu-se quase repentinamente; a maior parte dos índios repudiou a civilização adquirida e voltou para os matos paternos; uma fraca porção, inábil talvez às fadigas da vida selvagem, continuou a habitar suas aldeias quase desertas, sem nunca ter a esperança de achar, como dantes, novos prosélitos para substituir os ausentes.

Em 1801, quando pela invasão dos portugueses nas **Missões** entraram na circunscrição do Brasil, donde não saíram mais, a população local estava já reduzida a menos de 20000 indivíduos, e em 1814 já tinha decaído de forma que não chegava a 8000.

A geração que ocupa atualmente o território das **Missões** está longe e esquecida dos costumes vagabundos de seus pais; aceitou de boa fé as maneiras e as obrigações da vida sedentária, e pertence hoje, por hábito e por convicção, à comunidade dos homens civilizados, especialmente depois da emancipação do Brasil e do estabelecimento das instituições liberais, em seguimento das quais ela se acha admitida na grande família brasileira, com igualdade de administração e de direitos. Nas páginas antecedentes demos alguns pormenores tanto sobre o moral desse povo, reflexo de seu ensino primordial, como a respeito de suas qualidades físicas; resta-nos dizer que, quer no meio de suas antigas **reduções**, quer em todas as mais partes da província aonde se espalharam como agregados aos estabelecimentos dos brancos, não há homens mais seguros, mais quietos, mais inofensivos, e que, fora da embriaguez, vício exótico que devem ao contágio europeu, sua atitude social é às vezes a crítica vigente de nossa aperfeiçoada civilização.

Quando, no meio dessa população dócil, a reflexão se dirige sobre os precedentes, quem recusará partilhar nossa opinião e dizer conosco que a supressão das **missões** feriu de golpe mortal a civilização dos indígenas, e a fez recuar de alguns séculos? Gradualmente as conquistas da religião e da domesticidade iam-se estendendo: os índios, seduzidos pelo exemplo dos que iam adiante, vinham por si mesmos apresentar suas cabeças ao jugo; um futuro lisonjeiro se levantava para o continente americano, e deixava ver a ordem política abraçando sucessivamente todos os povos errantes no interior do novo mundo. Alguns homens de menos e o progresso parou; seus antagonistas não souberam nem continuar nem suprir sua obra. Os índios desconfiados, privados dos guias de sua eleição no caminho incógnito em que estavam lançados, desviaram-se e procuraram novos destinos; e, como já o temos dito, aqueles que, por sua posição e seus gostos, não se incorporaram ali mesmo a sociedades mais felizes, extinguíram na solidão e na incúria da vida selvagem a que voltaram, as luzes que tinham recebido.

(*Notícia descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul*, 154 – 156. Intr. e notas de Augusto Meyer. Porto Alegre. Instituto Estadual do Livro, 1961.)

OS PERIGOS DA NEUTRALIDADE

(Maquiavel)

Não acredito que uma política de neutralidade possa ter sido jamais útil a alguém que seja menos poderoso que algum dos beligerantes e cujos territórios sejam fronteiriços dos deles. Deveis compreender que é da maior importância para um soberano adotar com os seus súditos, seus aliados e seus vizinhos, uma política que não o faça nem odiado nem desprezado. Caso ele tenha de escolher entre as duas coisas, poderá fazer-se odiar, mas deve sempre evitar cuidadosamente o desprezo. O Papa Júlio nunca se preocupou se o odiavam ou não, contanto que o temessem e respeitassem; e foi pelo temor que inspirou que ele virou o mundo de cabeça para baixo e pôs a Igreja na situação em que ela hoje está. Garanto-vos que um neutro é sempre odiado pelos que perdem e desprezado pelos que vencem. No momento em que as pessoas começam a desprezar um soberano, e que este se torna conhecido como inútil para aliado e inofensivo como inimigo, há toda a razão de prever que nenhum insulto lhe será poupado, e que todas as intrigas serão feitas para derrubá-lo. Ao vencedor nunca faltarão pretextos. Como, em nosso caso, os territórios são todos próximos uns dos outros, o neutro será obrigado a acolher em seus portos ora um, ora outro dos beligerantes, dar-lhes guarida e fornecer-lhes mantimentos. Disso se originam suspeitas de preferências, e provém um sem-número de disputas e de incidentes. Mesmo que uma guerra pudesse passar sem esses incidentes, o que não é possível, os incidentes surgirão depois da vitória; porque então os mais fracos e timoratos se juntarão todos ao vencedor e assim darão a este todas as oportunidades de detestar o que tenha ficado neutro.

(...) Muito embora eu ouça louvar por toda parte a política da neutralidade, não posso aprová-la. Em toda a minha experiência de negócios públicos e em tudo o que li sobre história não consigo me lembrar de um só caso em que a política da neutralidade tenha sido vantajosa. Pelo contrário, tais políticas sempre são desastrosas e levam direito à ruína. Vós conheceis melhor que eu os motivos disso, mas mesmo assim vou tentar expô-los. Sabeis muito bem que o primeiro cuidado de todo chefe de um governo é guardar-se de ser odiado e desprezado; e isto é verdade tanto das suas relações com os seus cidadãos como das suas relações com os seus vizinhos. Enquanto o governo consegue manter-se assim, tudo vai bem: mas no momento em que ele não consegue evitar principalmente o descrédito, está perdido.

Acredito que conservar-se neutro entre dois povos em guerra é arriscar-se voluntariamente a ser odiado e desprezado. Pelo menos um dos beligerantes achará sempre que, em paga dos favores recebidos no passado, ou em

consideração por uma amizade antiga, o neutro estava na obrigação de ser seu aliado, e daí vai um passo até que chegue a odiá-lo por ter faltado a esse dever. O outro beligerante, por sua vez, desprezará o neutro, por achá-lo covarde e irresoluto. E, com isto, o soberano terá de um só golpe obtido a reputação de ser um mau amigo e um fraco inimigo, e qualquer dos beligerantes que saia vencedor lhe causará o mal que lhe aprouver. À medida que a guerra progride, aumentam os motivos de ódio contra o neutro. Na maior parte das vezes este se encontra em situação de poder ajudar ou prejudicar de vários modos um dos beligerantes. Portanto, desde que tenha rebentado a guerra, não demorará muito para que o neutro se veja obrigado a ajudar secretamente e sem honras para si, o lado a que ele não tenha querido aderir abertamente; e, ainda que ele não faça isso, todos estarão certos de que ele o estará fazendo.

(Carta a Francesco Vettori, de 22 de dezembro de 1514. Em *O pensamento vivo de Maquiavel*, 265/267. Apresentação de Carlo Sforza; trad. de Rubens Gomes de Souza. São Paulo, Martins, 1965.)

*
* *

VULTOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

FRANCISCO NARDY FILHO (1879 – 1959)

A propósito do centenário de Francisco Nardy Filho, transcrito em março do corrente ano, o responsável por esta publicação estampou no “Correio Popular”, de Campinas, a nota RECORDANDO UM HISTORIADOR LOCAL, aqui transcrita:

Há poucos dias a cidade de Itu, pelos seus órgãos representativos, inclusive os poderes públicos, prestou significativa homenagem a Francisco Nardy Filho, pelo transcurso de seu centenário. Gostaria de ter estado presente às comemorações, mas infelizmente o honroso convite com que fui distinguido pelo senhor Prefeito Municipal chegou com atraso. Não tive o privilégio de conhecer pessoalmente o Chiquito Nardy, que é como seus íntimos o chamavam, ou o F. Nardy Filho, como cerimoniosamente assinava suas crônicas em “O Estado de São Paulo”, bem como os livros que publicou. Mas conheci tanta gente de suas relações e que bem o conheceram, que é como se eu próprio o houvesse conhecido. Desde mestre Afonso de Taunay até alguns amigos ituanos

consideração por uma amizade antiga, o neutro estava na obrigação de ser seu aliado, e daí vai um passo até que chegue a odiá-lo por ter faltado a esse dever. O outro beligerante, por sua vez, desprezará o neutro, por achá-lo covarde e irresoluto. E, com isto, o soberano terá de um só golpe obtido a reputação de ser um mau amigo e um fraco inimigo, e qualquer dos beligerantes que saia vencedor lhe causará o mal que lhe aprouver. À medida que a guerra progride, aumentam os motivos de ódio contra o neutro. Na maior parte das vezes este se encontra em situação de poder ajudar ou prejudicar de vários modos um dos beligerantes. Portanto, desde que tenha rebentado a guerra, não demorará muito para que o neutro se veja obrigado a ajudar secretamente e sem honras para si, o lado a que ele não tenha querido aderir abertamente; e, ainda que ele não faça isso, todos estarão certos de que ele o estará fazendo.

(Carta a Francesco Vettori, de 22 de dezembro de 1514. Em *O pensamento vivo de Maquiavel*, 265/267. Apresentação de Carlo Sforza; trad. de Rubens Gomes de Souza. São Paulo, Martins, 1965.)

*

* *

VULTOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

FRANCISCO NARDY FILHO (1879 – 1959)

A propósito do centenário de Francisco Nardy Filho, transcorrido em março do corrente ano, o responsável por esta publicação estampou no “Correio Popular”, de Campinas, a nota RECORDANDO UM HISTORIADOR LOCAL, aqui transcrita:

Há poucos dias a cidade de Itu, pelos seus órgãos representativos, inclusive os poderes públicos, prestou significativa homenagem a Francisco Nardy Filho, pelo transcurso de seu centenário. Gostaria de ter estado presente às comemorações, mas infelizmente o honroso convite com que fui distinguido pelo senhor Prefeito Municipal chegou com atraso. Não tive o privilégio de conhecer pessoalmente o Chiquito Nardy, que é como seus íntimos o chamavam, ou o F. Nardy Filho, como cerimoniosamente assinava suas crônicas em “O Estado de São Paulo”, bem como os livros que publicou. Mas conheci tanta gente de suas relações e que bem o conheceram, que é como se eu próprio o houvesse conhecido. Desde mestre Afonso de Taunay até alguns amigos ituanos

da velha guarda, como o saudoso Paulo Rocha Pinto e o ainda felizmente bem vivo Corintha Pereira de Toledo, que, com seus oitenta janeiros, continua petronizando pelas ruas de nossa cidade, a lembrar-nos que os grandes paulistas das velhas tradições, mercê de Deus, não desapareceram de todo.

Mas, se não o conheci pessoalmente, fui leitor assíduo de suas crônicas no grande jornal de Júlio Mesquita, bem como consulente freqüente, por necessidade e por prazer, de seus quatro volumes sobre a velha terra ituana. “Aparentemente, F. Nardy Filho foi um modesto cronista provinciano”, lembrou no dia de seu centenário a nota que lhe consagrou o jornal em que, por tantos anos, colaborou. Mas, é o mesmo articulista quem acrescenta que, na realidade, foi um historiador de pulso, a merecer, neste centenário, o levantamento de sua obra dispersa, e ainda a reedição de seus livros, verdadeiros clássicos da nossa história local.

Homem de arquivo, pois durante muitos anos teve a seu cargo a direção do Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, Nardy Filho não foi apenas um guardador de papéis, mas um pesquisador de faro, que soube tirar dos documentos toda a lição que eles pudessem oferecer. Eis por que seus livros sobre a cidade de Itu, bem como suas crônicas em “O Estado”, carregam um profundo conteúdo humano, sendo, portanto, do maior interesse para a história social e cultural da região e dos assuntos estudados. Pesquisador nato, nunca precisou freqüentar escolas ou enveredar pelos meandros da teoria e da metodologia para fazer boa história. Sempre tive uma profunda simpatia pelos historiadores locais e sempre tive em mira valorizar-lhes a obra, aproveitando-a com freqüência, e tirando dela elementos substanciais para a compreensão verdadeira e plena do processo histórico de nosso país. Uma relação desses historiadores locais nos apresentaria uma rica galeria de verdadeiros construtores da nossa historiografia. Aqueles que, pedra a pedra, vão contribuindo para a construção do grande monumento que será nossa historiografia, o dia em que ela puder ser escrita não para servir a ideologias, mas para servir à verdade e à humanidade. Entre esses, creiam os leitores, o velho Chiquito Nardy fará boa figura. (23/3/1979.)

*

* * *

RABISCOS DE UM ESCRIVINHADOR

(Nesta seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta revista, às sextas-feiras, no **Correio Popular**, de Campinas. Para identificação e referência bibliográfica indicam-se as datas em que foram publicadas.)

da velha guarda, como o saudoso Paulo Rocha Pinto e o ainda felizmente bem vivo Corinto Pereira de Toledo, que, com seus oitenta janeiros, continua petronizando pelas ruas de nossa cidade, a lembrar-nos que os grandes paulistas das velhas tradições, mercê de Deus, não desapareceram de todo.

Mas, se não o conheci pessoalmente, fui leitor assíduo de suas crônicas no grande jornal de Júlio Mesquita, bem como consulente freqüente, por necessidade e por prazer, de seus quatro volumes sobre a velha terra ituana. “Aparentemente, F. Nardy Filho foi um modesto cronista provinciano”, lembrou no dia de seu centenário a nota que lhe consagrou o jornal em que, por tantos anos, colaborou. Mas, é o mesmo articulista quem acrescenta que, na realidade, foi um historiador de pulso, a merecer, neste centenário, o levantamento de sua obra dispersa, e ainda a reedição de seus livros, verdadeiros clássicos da nossa história local.

Homem de arquivo, pois durante muitos anos teve a seu cargo a direção do Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, Nardy Filho não foi apenas um guardador de papéis, mas um pesquisador de faro, que soube tirar dos documentos toda a lição que eles pudessem oferecer. Eis por que seus livros sobre a cidade de Itu, bem como suas crônicas em “O Estado”, carregam um profundo conteúdo humano, sendo, portanto, do maior interesse para a história social e cultural da região e dos assuntos estudados. Pesquisador nato, nunca precisou freqüentar escolas ou enveredar pelos meandros da teoria e da metodologia para fazer boa história. Sempre tive uma profunda simpatia pelos historiadores locais e sempre tive em mira valorizar-lhes a obra, aproveitando-a com freqüência, e tirando dela elementos substanciais para a compreensão verdadeira e plena do processo histórico de nosso país. Uma relação desses historiadores locais nos apresentaria uma rica galeria de verdadeiros construtores da nossa historiografia. Aqueles que, pedra a pedra, vão contribuindo para a construção do grande monumento que será nossa historiografia, o dia em que ela puder ser escrita não para servir a ideologias, mas para servir à verdade e à humanidade. Entre esses, creiam os leitores, o velho Chiquito Nardy fará boa figura. (23/3/1979.)

*

* *

RABISCOS DE UM ESCRIVINHADOR

(Nesta seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta revista, às sextas-feiras, no **Correio Popular**, de Campinas. Para identificação e referência bibliográfica indicam-se as datas em que foram publicadas.)

9. MINHA INICIAÇÃO FLORENCIANA

Distinguido com honroso convite para ser o conferencista da sessão solene realizada terça-feira última, na Academia Campinense de Letras, comemorativa do centenário do falecimento de Hércules Florence, julguei oportuno recordar como foi que tomei conhecimento da existência, da vida e obra do grande franco-campineiro que, após incrível jornada aos sertões do Brasil como integrante da famosa e ao mesmo tempo trágica Expedição Langsdorff, escolheu nossa cidade para sua residência, aqui constituindo família proveniente de dois matrimônios, e aqui realizando suas pesquisas em torno da fotografia, de cuja invenção é o verdadeiro pai, antecipando de alguns anos ao seu compatriota Daguerre. Os direitos de Hércules Florence são hoje universalmente reconhecidos, segundo o testemunho das mais autorizadas e idôneas entidades científicas do mundo.

Nos meus tempos de menino — lembrei na palestra — Hércules Florence era para mim simples nome de uma pequenina rua, na qual o velho e saudoso bonde “Botafogo” entrava para tomar a Rua Culto à Ciência e depois retornar pela Andrade Neves. Rua estreitíssima (mais que o comum das ruas campineiras), era mediante hábil e assustadora manobra dos motorneiros que o bondinho por ela embarafustava para depois seguir seu caminho normal.

O assistir quase diário a esse episódio deu-me certa familiaridade e também simpatia pelo nome da pequena rua, levando-me a indagar sobre o homenageado. Por incrível que pareça, minha professora do Grupo Escolar não me soube dizer senão que lhe parecia Hércules Florence fora um francês que outrora residira em Campinas... E provavelmente muita gente não soubesse mesmo mais que isso.

Foi através dos escritos do Visconde de Taunay que tomei conhecimento do franco-campineiro, pois não só ele o arrolou entre os “estrangeiros ilustres e prestimosos no Brasil”, precioso elenco publicado na “Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, como dele traduziu (e publicou na mesma revista) o relato da famosa Expedição Langsdorff. Uma parte desse relato, sob o título de **De Porto Feliz a Cuiabá**, reproduzido em 1928 na “Revista do Museu Paulista”, foi o texto florenciano que me coube ler quando, adolescente ainda, tomei-me de interesse pela vida e obra de Hércules Florence. De fato, não tinha acesso, morando em cidade de interior, à preciosa “Revista do Instituto Histórico Brasileiro”, onde o texto integral fora publicado, e, em forma de livro, a **Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas** só apareceria em 1941, editado pela Companhia Melhoramentos de São Paulo, com prefácio de Afonso de Taunay e nota introdutória de Ataliba Florence. Todavia, embora possua hoje o texto integral da **Viagem fluvial** (inclusive na versão revista pelo autor em

1848), conservo com grande carinho a edição parcial de 1928, que foi, por assim dizer, a minha iniciação à obra do grande franco-campineiro, cujo centenário de falecimento vem de ser comemorado. (30/3/1979.)

10. HÉRCULES FLORENCE E O VISCONDE DE TAUNAY

Em 1865, integrando a expedição que se celebrizaria na famosa e ao mesmo tempo trágica retirada de Laguna, passou por Campinas o futuro Visconde de Taunay, na época apenas Alfredo d'Escragnonle Taunay, jovem tenente de Engenharia, com pouco mais de vinte anos de idade. Ocupou-se de nossa cidade e de nossa gente no relatório da expedição publicado na "Revista do Instituto Histórico Brasileiro" e, posteriormente, tirado em livro com o título de **Marcha das Forças**, e, ainda, em numerosas cartas à sua irmã Adelaide, cartas estas reunidas em volume, ao ensejo de seu centenário, em 1943, pela Biblioteca do Exército, sob o título **Cartas da Campanha de Mato Grosso**. Nelas relatou o futuro político e romancista seus contactos com a sociedade campineira e seu relacionamento com Hércules Florence, a quem freqüentes vezes visitou e de cujos trabalhos tomou conhecimento. Tanto que se interessou em divulgá-los, como o fez com a **Zoophonia**, que traduziu e publicou no tomo 37, parte 2ª, correspondente ao quarto trimestre de 1876, da Revista do Instituto Histórico Brasileiro, o mesmo tomo, aliás, em que publicou a conclusão do relato da Expedição Langsdorff, também por ele traduzido e cuja divulgação começou no tomo anterior.

É certo que por ocasião de sua passagem por Campinas Taunay ainda não conhecia o relato da Expedição Langsdorff, pois embora Hércules Florence, de volta da viagem, o confiasse ao pai do Visconde, Félix Emílio Taunay, ficou esquecido, talvez mesmo perdido, por quase quarenta anos. É o próprio Visconde de Taunay quem o confessa, no prefácio que antepôs à publicação que empreendeu na Revista do Instituto em 1875/76. Publicação, diga-se de passagem, só feita depois que Taunay obteve o consentimento do autor, que ainda vivia em Campinas. As cartas de Taunay a Hércules Florence podem ser lidas no livro de Estêvão Leão Bourroul sobre o franco-campineiro, publicado em São Paulo em 1900.

Dessa forma — através da tradução e divulgação de, pelo menos, dois dos seus trabalhos, a **Zoophonia** e o relato da Expedição Langsdorff — vinculou-se a Hércules Florence o nome do autor de **A Retirada da Laguna, Inocência**, e tantas outras obras significativas de nossa bibliografia histórica e literária, num total de mais de trinta volumes, infelizmente na quase totalidade fora do alcance do leitor de hoje, por estarem esgotados, à exceção dos dois mencionados, que continuam merecendo o favor do público e, conseqüentemente, o interesse dos editores.

O que hoje conhecemos por **Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas** (título dado por Hércules Florence ao reescrever seu relato trinta anos mais tarde), chamava-se originalmente **Esboço da viagem feita pelo Sr. de Langsdorff no interior do Brasil, desde setembro de 1825 até março de 1829**, e ainda com as indicações: “escrito em original francês pelo 2º desenhista da comissão científica Hércules Florence, traduzido por Alfredo d’Escragnon Taunay”. Só em 1941, o **Esboço** apareceria, já com o título novo, em forma de livro, editado pela Companhia Melhoramentos de São Paulo, com prefácios de Afonso de Taunay e Ataliba Florence. (6/4/1979)

11. MARIA DUSÁ

O término, há pouco, de uma novela da TV Globo, extraída do romance **Maria Dusá**, de Lindolfo Rocha, levou-me a recordar alguma coisa desse escritor mineiro, hoje praticamente esquecido, mas que foi um dos pioneiros do romance regional no Brasil. Lindolfo Rocha era de Grão-Mogol – tal como o Ricardo Valeriano Brandão, principal personagem masculino de seu mais célebre romance – mas foi em Jequié, na Bahia, que viveu a maior parte de sua vida e para onde foi logo após formado em Direito pela Faculdade do Salvador.

O romance que a televisão utilizou retrata o ambiente da Chapada Diamantina, na década de 1860, ou seja, quando a extração do diamante abriu novas perspectivas para aquela vasta região que, na verdade, pouco se beneficiou dessa rendosa atividade extrativa, como, aliás, aconteceu em todas as áreas garimpeiras. **Maria Dusá** apresenta-se mesmo como romance “chapadista”. O autor soube captar os principais aspectos tanto positivos como negativos da vida chapadista, numa razoável ambientação histórica, provavelmente exagerada na novela, pois Xique-Xique (ou Chique-Chique, como então se escrevia) mesmo no período áureo das grunhas nunca teve a vida luxuosa e requintada a nós apresentada pela novela. Sob este aspecto creio ser o romance bem mais fiel, especialmente pela vivência que Lindolfo Rocha tinha com a Chapada. Lúcia Miguel Pereira, Nilo Bruzzi e Afrânio Coutinho, os três que melhor estudaram a obra do romancista mineiro (este último, sendo, inclusive, responsável por uma reedição de **Maria Dusá**, publicada pelo Ministério da Educação em 1969), salientam o caráter de fidelidade não só na fixação das cenas, mas especialmente na caracterização de personagens e o próprio João Ribeiro, sempre muito exigente, serviu-se de **Maria Dusá** para enriquecer o Vocabulário da Academia Brasileira, que organizou. Teria sido, assim, Lindolfo Rocha, guardadas as proporções, um precursor de Guimarães Rosa.

O traço marcante da vida chapadista – a exacerbação do poder local – o autor transferiu-o para uma personagem feminina. A linda e sedu-

tora figura que dá nome ao livro (Maria dos ah ! ah ! ah !, que o povo fez Maria Dusá), encarna, num misto de Tamara e Turandot, toda a prepotência de um grão-senhor, com seu poderio econômico, seus caprichos, sua vontade como arbítrio supremo. Só que aqui o tipo escolhido, em vez do clássico “coronel” é uma mulher que astuciosamente manobra os cordéis que fazem movimentar uma cidade inteira que direta ou indiretamente dela depende.

Meu contato com **Maria Dusá** remonta aos tempos de ginásio, quando o li na velha edição Chardon, de 1910. Sem relê-lo, não teria condições para afirmar até que ponto a novela lhe foi fiel. Mas uma cousa é certa: com todas as modificações que possam ter sido introduzidas, o tema foi mantido corretamente e, quando nada, fez tirar do esquecimento uma obra-prima do nosso romance regional. Seu autor, falecido em 1911, jamais imaginaria (dada a pouca receptividade do romance, pois só João Ribeiro na época dele se ocupou) o destino que seu livro viria a ter quase setenta anos depois. (28/7/1978)

12. O CHAPADISMO EM “MARIA DUSÁ”

O romance **Maria Dusá**, que Lindolfo Rocha publicou em 1910 pela Livraria Chardon, do Porto, trazia como subtítulo: **Garimpeiros**, e à guisa de explicação indicava tratar-se de romance de costumes sertanejos e “chapadistas”. A palavra chapadista vinha mesmo entre aspas, a insinuar termo pouco sabido que o comum dos leitores provavelmente não conhecesse. O termo referia-se à Chapada Diamantina, extenso espinhaço que percorre o território baiano desde aproximadamente a divisa de Minas até a curva que o rio São Francisco faz, bem ao norte da Bahia, para tomar a direção do oceano. É região geográfica e morfológicamente bem caracterizada, estudada primeiramente pelo mestre Teodoro Sampaio e, depois, por quase todos os que trataram da geografia brasileira. Foi — e em parte ainda é — zona de acentuada atividade diamantífera (como o nome o indica) na qual se definiram e fixaram características bem marcantes, como de comum acontece nas regiões suficientemente individualizadas.

Maria Dusá, como lembrei em nota anterior, alcançou pouca repercussão. Tanto que só em 1969 fez jus a uma reedição e, não sei como, recentemente, alguma editora, motivada pelo êxito da novela da TV Globo, não cuidou de lançar uma nova edição do valioso livro. Se eu o conheci, foi porque meu professor de Literatura no curso ginasial, como bom escritor mineiro que era (inclusive membro da Academia Mineira de Letras), não deixava de puxar a brasa para a sardinha do regionalismo mineiro (no que, aliás, fazia muito bem) e, assim, nos fez conhecer, num só semestre, Bernardo Guimarães, Afonso Arinos e Lindolfo Rocha. Os dois primeiros, já os conhecia pelos excertos constantes das duas excelentes antologias que então se adotavam no ginásio, a de Carlos de

Laet e a de Eugênio Werneck. Mas Lindolfo Rocha não era antológico e nunca tinha ouvido o seu nome. Conheci-o, então, através de **Maria Dusá**, pois os outros livros que deixou, na época já eram raros. **Maria Dusá** também o era, mas a biblioteca do Granbery o possuía.

Já lembrei que João Ribeiro foi o único, dentre os nossos críticos, a ocupar-se de **Maria Dusá**, quando de seu aparecimento. E, dado o prestígio do mestre sergipano, isso devia valer por uma consagração. Mas não valeu. Lindolfo Rocha continuou desconhecido até que Lúcia Miguel Pereira dele se ocupou em numerosas páginas de seu importante livro sobre a prosa de ficção no Brasil. Pouco depois, Afrânio Coutinho, reeditando **Maria Dusá** antepôs-lhe excelente estudo, tratando do autor e do livro. E, pela mesma ocasião, Nilo Bruzzi publicando **O Homem de Maria Dusá** veio reavivar a lembrança do grande escritor. Os três autores ressaltaram unanimemente as altas qualidades do romance, desde o seu vocabulário até a fixação de caracteres humanos, particular em que Lindolfo Rocha atinge a perfeição.

A ambientação chapadista também é perfeita. A única dúvida que levanto é quanto à localização da maior parte do romance. Xique-Xique não me parece a cidade ideal para retratar a alma chapadista. Lençóis, talvez, o fosse muito mais. Situada à margem do São Francisco, vivendo mais em função do rio e da pecuária, nunca tendo sido um centro apenas diamantífero, Xique-Xique (ou Chique-Chique, como na época se grafava) está longe de ser a capital da região, local pouco adequado, por exemplo, para ali existir um jornal intitulado "Notícias da Chapada", dirigido pelo patife do Aristo. Mas o autor deve ter tido suas razões para deslocar a cena de seu romance, o que, aliás, não o invalida. Seu "chapadismo" é magnífico, talvez único na literatura brasileira e, sob este aspecto, podemos considerar **Maria Dusá** uma obra-prima das nossas letras.
(4/8/1978)